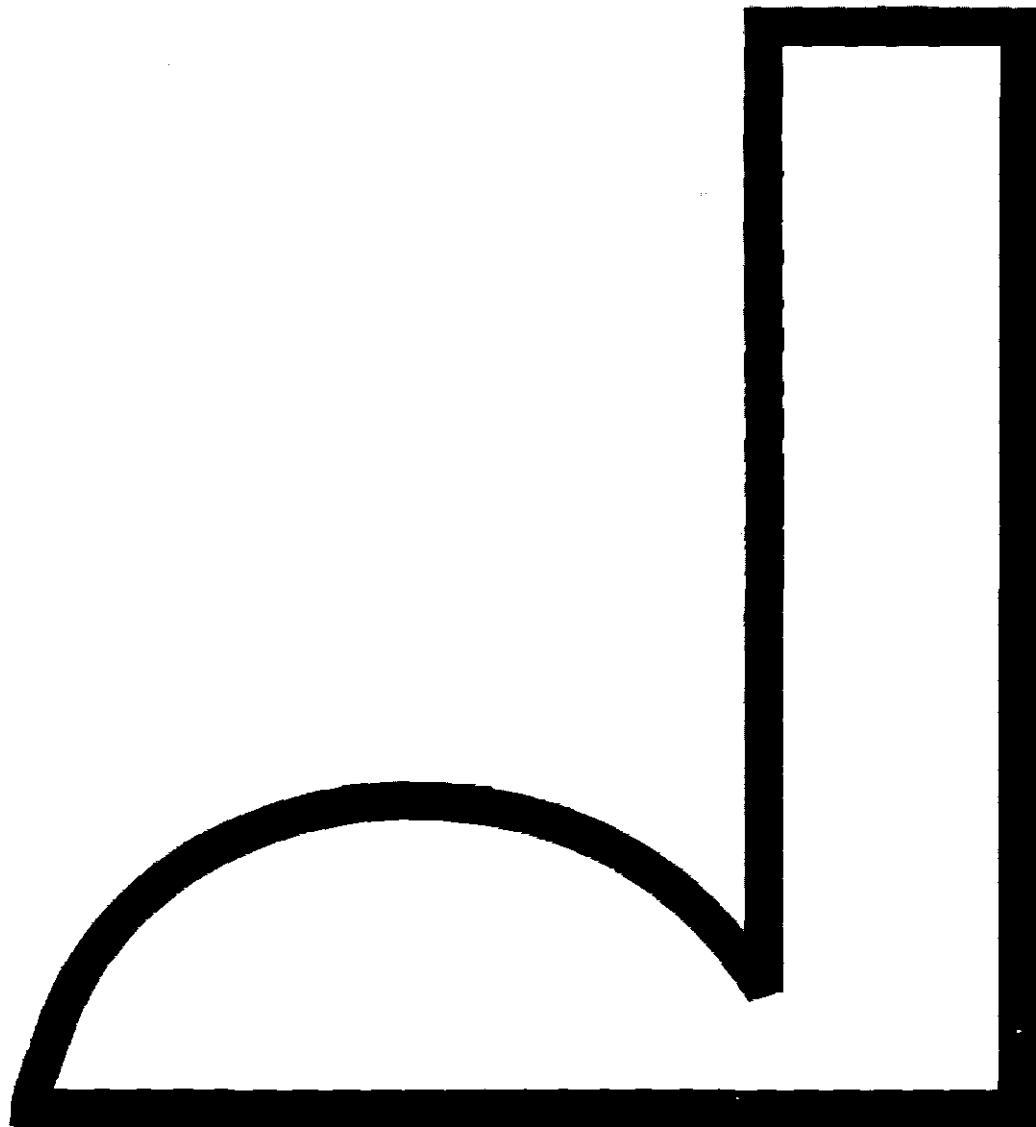




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	3º Secretário <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i> Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro - PFL - MT</i> 4º <i>Marluce Pinto - PMDB - RR</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor ⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos ⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Amir Lando - PMDB - RO</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Alberto Silva - PMDB - PI</i> <i>Djaima Bessa - PFL - BA</i> <i>Bernardo Cabral - PFL - AM</i> (2) Designação: 30-6-99	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Lider <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Lideres <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PFL - 21 Lider <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Lideres <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PMDB - 26 Lider <i>Jader Barbalho</i> Vice-Lideres <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) - 13 Lider <i>Marina Silva</i> Vice-Lideres <i>Sebastião Rocha</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PSDB - 13 Lider <i>Sérgio Machado</i> Vice-Lideres <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Juá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPB - 3 Lider <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Lider <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPS - 3 Lider <i>Paulo Hartung</i> Vice-Lider <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB - 1 Lider <i>Arlindo Porto</i>
EXPEDIENTE		
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 11ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE JANEIRO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 64, de 2000 (nº 111/2000, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Marcus Herndl, Tenente-Brigadeiro-do-Ar, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Baptista. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....

00886

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Presença na Casa do Senhor Geraldo Lessa Santos, suplente convocado da representação do Estado de Alagoas, em virtude do afastamento do titular, Senador Teotonio Vilela Filho, para tratar de interesses particulares.

00887

1.2.3 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senador Geraldo Lessa.

1.2.4 – Comunicação

Do Senador Geraldo Lessa, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar.

00889

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 23, de 2000, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, solicitando a remessa à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

00889

1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2000, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para incluir, entre os documentos necessários ao registro de candidaturas, o exame laboratorial que

menciona. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

00889

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Defesa da adoção de critérios técnicos para a transposição das águas do rio São Francisco.

00890

SENADOR RAMEZ TEBET – Críticas ao ataque do Governador Mário Covas à concessão de incentivos fiscais pelos estados mais pobres da federação.

00893

SENADORA EMILIA FERNANDES – Apelo ao Governo Federal para a liberação de recursos aos municípios gaúchos que estão em estado de emergência, em função da estiagem no Estado. Proposta de revisão do papel do BNDES como agente de desenvolvimento nacional, questionando o volume de recursos liberados por este banco para empresas estrangeiras.

00901

SENADOR EDISON LOBÃO – Preocupação com a pecuária no Maranhão, tendo em vista as restrições impostas para a exportação de carne fresca dos estados que não erradicaram a febre aftosa.

00905

SENADOR MOREIRA MENDES – Protesto contra algumas companhias aéreas nacionais e internacionais, por reduzirem as comissões pagas aos agentes de viagem brasileiros.

00909

SENADORA MARINA SILVA – Considerações sobre a Medida Provisória que institui mudanças no Código Florestal Brasileiro.

00911

SENADOR AMIR LANDO – Indignação de S. Ex^a com a demissão de 10 mil funcionários públicos no Estado de Rondônia, em virtude da aplicação da Lei Camata.

00915

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Reflexões sobre a grave situação política que atravessa o Equador.

00918

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Consternação diante do abandono em que se encontram os sem-terra do Paraná.

00921

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 2.017, em 19 de janeiro de 2000 e publicada no dia 20 do mesmo mês e ano, que acresce dispositivos à Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

00923

Recebimento do Ofício nº 236/2000, de 20 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando a relação das operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, assim caracterizadas as doações internacionais e outras da espécie, analisadas por aquela Autarquia, no trimestre outubro/dezembro de 1999, em montante equivalente a dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil e oitocentos dólares norte-americanos (Anexada ao processado da Resolução nº 23, de 1996). À Comissão de Assuntos Econômicos.

00923

Recebimento dos Ofícios nºs S/71, 72, 74, 79 e 80, de 1999 (nºs 554, 681, 826, 1.957 e 2.025/99, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado manifestação daquele Órgão, a respeito de operações de crédito a serem contratadas pelas Prefeituras de Barra do Quaraí, Dois Irmãos, Samanduva e Nova Brés- cia, Estado do Rio Grande do Sul, e Aracape, Estado do Ceará, informando que o posicionamento daquela Autarquia é desfavorável às autorizações. À Comissão de Assuntos Econômicos...

00923

Recebimento do Ofício nº 226/2000, do Banco Central do Brasil, solicitando desconsiderar os referidos pleitos, tendo em vista pedidos das próprias prefeituras. À Comissão de Assuntos Econômicos.

00923

Recebimento da Mensagem nº 62, de 2000 (nº 109/2000, na origem) de 20 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor de vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete euros, de principal, destinada ao financiamento de oitenta e cinco por cento de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela Carl Zeiss Jena GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. À Comissão de Assuntos Econômicos.

00923

Recebimento da Mensagem nº 63, de 2000 (nº 110/2000, na origem), de 20 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor de cinco milhões, setenta e dois mil, novecentos e cinco euros, de principal, destinada ao financiamento de quinze por cento (parcela à vista) de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela Carl Zeiss Jena GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. À Comissão de Assuntos Econômicos.

00923

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 24, de 2000, de autoria do Senador Roberto Saturnino, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão.

00924

Nº 25, de 2000, de autoria do Senador Moreira Mendes, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social as informações que menciona. À Mesa para decisão.

00924

Nº 26, de 2000, de autoria do Senador Moreira Mendes, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona. À Mesa para decisão.

00924

Nº 27, de 2000, de autoria do Senador Moreira Mendes, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão.

00925

Nº 28, de 2000, de autoria do Senador Moreira Mendes, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona. À Mesa para decisão.

00925

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, tendo sido oferecida uma emenda, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 687, de 1999, que vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania....

00925

1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Parabenizando a Petrobras pelo seu desempenho técnico-administrativo e sua transparência na prestação de suas contas.....

00925

SENADOR SÉRGIO MACHADO – Considerações sobre a visita de S. Exº ao Programa de Cédula de Terra, no Distrito de Caucau – CE..

00926

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, a realizar-se ama-

Janeiro de 2000

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 25 00885

nhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do
Dia anteriormente designada. 00928

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 164ª Sessão Não Deliberativa, rea-
lizada em 22 de novembro de 1999 e publicada
no Diário do Senado Federal do dia subse-
quente. 00928

3 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO
CONGRESSO NACIONAL

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR
CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESEN-
TAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 11ª Sessão Não Deliberativa em 24 de janeiro de 2000

2º Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Nabor Júnior, Lúdio Coelho, Ramez Tebet, Edison Lobão
Eduardo Siqueira Campos, Leomar Quintanilha e Moreira Mendes*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 64, DE 2000 (Nº 111/2000, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 123 da Constituição Federal, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Marcus Herndl, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Baptista.

Os méritos do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Marcus Herndl, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília, 20 de janeiro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

CURRICULUM VITAE

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Marcus Herndl

Nome: Tenente-Brigadeiro-do-Ar
Marcus Herndl

Filiação: Carlos Herndl
Eunice Brom Herndl

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ

Data de Nascimento:	14 de abril de 1937
Esposa:	Eleuza Rabelo Herndl
Aniversário:	25 de dezembro
Filhos:	Leônidas Herndl Marcus Herndl Filho
Data de Praça:	3 março de 1956
Declaração de Aspirante:	18 dezembro de 1958
CPF:	001.527.061-00

Promoções:

2º Tenente	20 jul 59
1º Tenente	31 jul 61
Capitão	19 jul 65
Major	31 mar 70
Tenente-Coronel	30 abr 76
Coronel	31 ago 81
Brigadeiro-do-Ar	31 mar 89
Major-Brigadeiro-do-Ar	31 mar 93
Tenente-Brigadeiro-do-Ar	25 nov 96

Cursos Acadêmicos:

- Colégio Militar do Rio de Janeiro – Arma de Artilharia.
- Formação de Oficiais Aviadores da Escola de Aeronáutica.
 - Tática Aérea.
 - Aperfeiçoamento de Oficiais.
 - Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.
 - Preparação de Instrutor Acadêmico – Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.
 - Superior de Comando.
 - Engenharia no Instituto Militar de Engenharia – IME.

Cursos Operacionais:

- Piloto de Bombardeio.
- Piloto de Reconhecimento Foto e Meteorológico.
- Piloto de Transporte.

Principais Cargos no Brasil:

- Oficial de Suprimento do 1º/10º GAv.
- Comandante da Esquadrilha de Adestramento da Base Aérea de São Paulo.
- Chefe do Grupo de Trabalho para Concepção, Projeto e Construção da Base Aérea de Anápolis.
- Representante do Ministério da Aeronáutica junto ao Conselho Nacional de Petróleo.
- Assessor-Chefe da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.
- Secretário da Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – COPRON.
- Adjunto da Seção de Operações do Estado-Maior da Aeronáutica.
- Chefe de Seção de Planejamento Plurianual do Estado-Maior da Aeronáutica.
- Membro Representativo do Estado-Maior da Aeronáutica no Conselho Técnico da Aeronáutica e Espaço – CONTAE.
- Chefe da Seção Política, Estratégia e Doutrina do Estado-Maior da Aeronáutica.
- Membro do Grupo Executivo para Implantação do Centro de Operações Aeroestratégicas – GECOA.
- Chefe da Seção de Planejamento Orçamentário do Comando-Geral do Ar (A-5).
- Chefe da Seção de Operações do Comando-Geral do Ar (A-3).
- Chefe da Secretaria de Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica – SECPROM.
- Comandante da VI Força Aérea.
- Comandante do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro.
- Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
- Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica.

Principais Cargos no Exterior:

- Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil no Panamá.
- Diretor Honorário em Residência da Inter-American Air Force Academy.
- Presidente do Conselho Supervisor do Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas – SICOFAA.

Experiência de Vôo: Possui mais de 5.400 horas de vôo.

Aeronaves voadas: Mais de 21 tipos diferentes entre propulsão convencional e a reação.

(B-26 E/C, B-90, C-41, C-45, C-45T, C-47, C-95, C-95 A/B/C, E-90, RT-11, RB-25 J, T-6, T-7, T-19, T-22, T-27, U-8, U-42, VU-93, VU-35 A).

Condecorações Nacionais:

- Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico (Grau Grã-Cruz);
- Medalha da Ordem do Mérito Forças Armadas (Grau Grã-Cruz);
- Medalha da Ordem do Rio Branco (Grau Grande Oficial);
- Medalha da Ordem do Mérito Naval (Grau Grande Oficial);
- Medalha da Ordem do Mérito Militar (Grau Grande Oficial);
- Medalha da Ordem do Judiciário Militar (Grau Alta Distinção);
- Medalha Militar de Ouro com passador de platina;
- Medalha Mérito Santos Dumont;
- Medalha Mérito Tamandaré;
- Medalha do Pacificador.

Condecorações Estrangeiras:

- Medalha de Serviços Distinguidos de 1ª Classe do Governo da República do Panamá;
- Passadeira de Honra ao Mérito da Força Aérea Panamenha;
- Asas de Piloto Honorário da Força Aérea Panamenha;
- Medalha Legião ao Mérito Confraternidade das Forças Aéreas Americanas (Grau de Oficial);
- Medalha do Mérito Aeronáutico da Força Aérea do Uruguai (Grau Grande Oficial).

Cargo Atual: Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Ten.-Brig-do-Ar **Marcus Herndl**, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

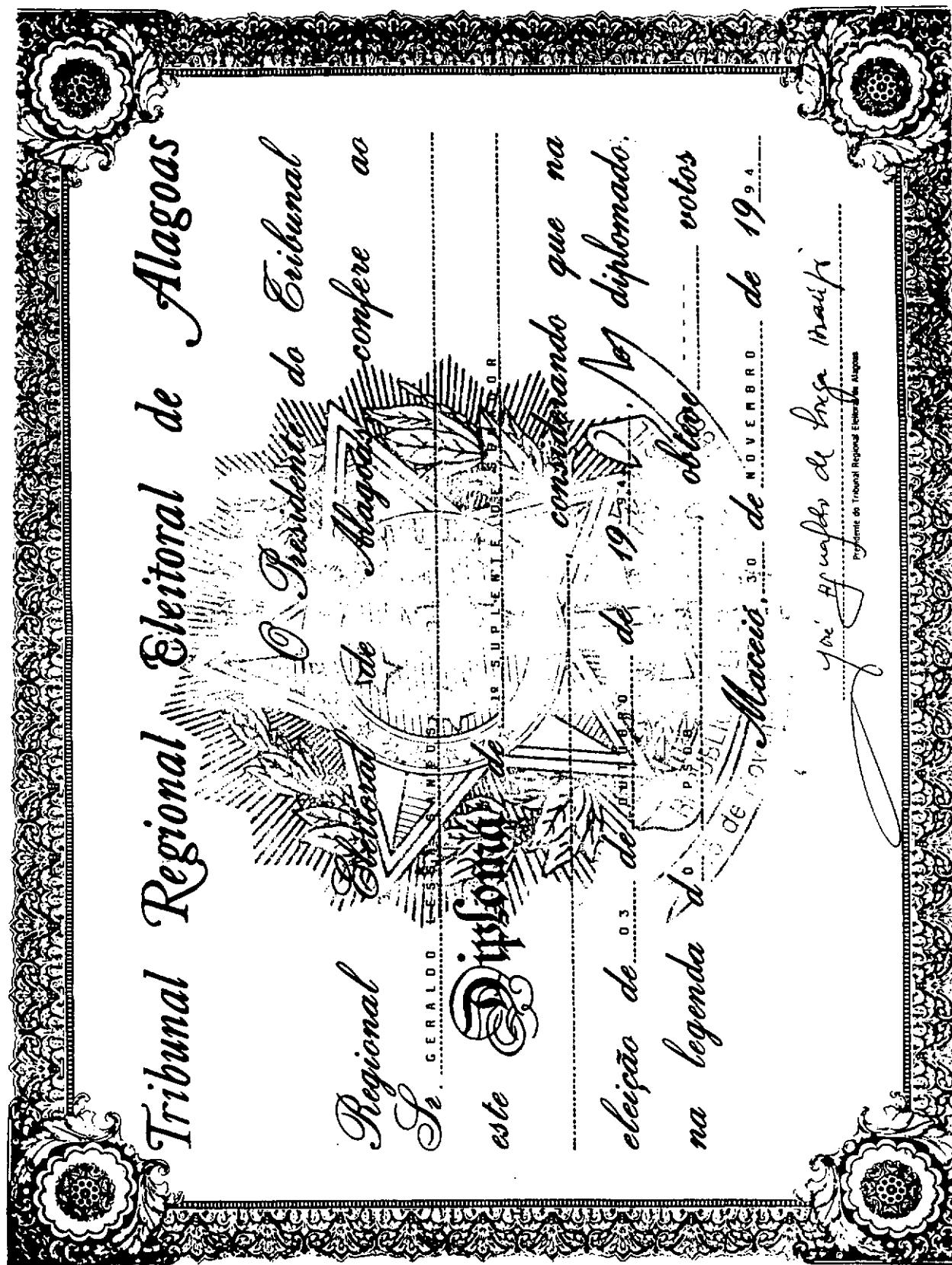
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Encontra-se na Casa o Sr. Geraldo Lessa Santos, suplente convocado, da representação do Estado de Alagoas, em virtude de licença do titular, Senador Teotônio Vilela Filho, por cento e vinte e um dias, para tratar de interesse particulares.

S. Ex.^a encaminhou à Mesa o diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma recebido:



O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Designo Comissão formada pelos Senadores José Roberto Arruda, José Alencar e Roberto Saturnino para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Geraldo Lessa Santos é conduzido ao plenário e presta, perante à Mesa, o compromisso – os presentes deverão permanecer de pé).

Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Geraldo Lessa Santos, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lida a seguinte:

Brasília, 20 de janeiro de 2000

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de Alagoas, em substituição ao Senador Teotonio Vilela Filho, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevado apreço e consideração.


GERALDO LESSA SANTOS

Nome Parlamentar: **GERALDO LESSA**

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A comunicação lida será publicada na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a remessa à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, do Projeto de Lei da Câmara nº 27 de 1999, que “Regula o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal”, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Sala das Sessões, 24 de dezembro de 1999.
Senadora Emilia Fernandes, PDT – RS.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O requerimento lido será publicado e oportunamente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2000

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para incluir, entre os documentos necessários ao registro de candidaturas, o exame laboratorial que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

Art. 11
§ 1º

.....
IX – exame laboratorial conclusivo que ateste a respeito de consumo, ou não, pelo candidato, de drogas ilegais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data desta publicação.

Justificação

O preenchimento dos cargos eletivos é de extrema importância para a vida de uma nação ou comunidade.

Se o cargo de Presidente da República, Governador de Estado ou Prefeito Municipal for ocupado por um usuário de droga ilegal, a população que vive no âmbito da circunscrição do governante dependente desse tipo de droga poderá sofrer as consequências de atos amorais ou insanos de tais autoridades.

Se o cargo eletivo em disputa for para o exercício de mandato no Poder Legislativo, também haverá prejuízos para a sociedade, pois embora as decisões desse Poder sejam tomadas mediante deliberação de colegiado, a mera apresentação de proposições estapafúrdias implica perda de credibilidade da atividade parlamentar e, por conseguinte, do próprio sistema representativo.

A nosso ver, o usuário de droga ilegal não só deseduca a comunidade ao praticar ilícito penal, como também não dispõe do indispensável e permanente equilíbrio psíquico para gerir a contento negócios, sejam públicos ou privados.

De outro lado, sabemos que para a investidura em cargos públicos não eletivos exige-se do candidato, como um dos requisitos básicos, a aptidão física e mental, conforme estabelece o art. 5º, VI, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Pessoas que fazem uso de drogas ilegais são, em sua maioria, portadoras de doenças mentais, ainda que em grau leve e, por essa razão, não podem exercer atividades no serviço público por carecer de aptidão mental, ou mesmo física, enquanto não comprovarem sua sanidade.

Em razão da maior importância de suas atribuições, pretendemos estender essa regra também aos agentes políticos, pois estes, mais do que aqueles, ocupam cargos cuja relevância pode colocar efetivamente em risco o destino dos cidadãos.

Desse modo, seriam afastados da vida pública muitos candidatos que gozam de aparente boa saúde mental, mas que submetidos a exame laboratorial anti-drogas, revelam-se dependentes do uso de drogas entorpecentes, que provocam em seus usuários quadros clínicos depressivos crônicos, maníaco-obsessivos ou psicóticos, sujeitando-os, portanto, a crises ciclotímicas.

Finalmente esclareça-se que o resultado positivo do exame exigido pela futura lei não tolherá a candidatura, servindo, apenas, para tornar pública a situação do candidato.

Este o projeto de lei que temos a honra de submeter à consideração dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 24 de janeiro de 2000 – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 **Estabelece normas para as eleições**

Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.

§1º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos;

- I – cópia da ata a que se refere o art. 8º;
- II – autorização do candidato, por escrito;
- III – prova de filiação partidária;
- IV – declaração de bens, assinada pelo candidato;

V – cópia do título eleitoral ou certidão, fornecida pelo cartório eleitoral, de que o candidato é eleitor na circunscrição ou requereu sua inscrição ou transferência de domicílio no prazo previsto no art. 9º;

VI – certidão de quitação eleitoral;

VII – certidões criminais fornecidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Eleitoral, Federal e Estadual;

VIII – fotografia do candidato, nas dimensões estabelecidas em instrução da Justiça Eleitoral, para efeito do disposto no §1º do art. 59.

§2º Idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse.

§3º Caso entenda necessário, o Juiz abrirá prazo de setenta e duas horas para diligências.

§4º Na hipótese de o partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral nas quarenta e oito horas seguintes, ao encerramento do prazo previsto no **caput** deste artigo.

§5º Até a data a que se refere este artigo, os Tribunais e Conselhos de Contas deverão tornar disponíveis à Justiça Eleitoral relação dos que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente ressalvados os casos, em que a questão estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, ou que haja sentença judicial favorável ao interessado.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O projeto de lei do Senado que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra à nobre Senadora Maria do Carmo Alves, primeira oradora inscrita.

S. Ex^a disporá de vinte minutos.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, no contexto das imensas dificuldades nós nordestinos enfrentamos a questão mais importante seguramente é aquela que se refere ao debate envolvendo a transposição das águas do rio São Francisco para os Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. Afinal nada é mais significativo para o Nordeste do que o rio São Francisco, que responde por toda a energia elétrica consumida na região, além da sobrevivência

pura e simples de milhões de pessoas que habitam suas margens. E nós estamos assistindo impotentes à agonia de um rio que está profundamente enfermo e cada vez mais fragilizado ante a indiferença pela sua preservação. Por outro lado, também milhões de pessoas que moram na área do Nordeste setentrional chegaram à quase exaustão dos seus escassos recursos hídricos. Cria-se, por conseguinte, uma polêmica entre os que acham que não podem dar o que não têm e aqueles outros para quem a transposição éposta como uma questão de sobrevivência.

Entendo, Sr. Presidente, que a discussão deve-ria ficar adstrita às razões de ordem técnica e dentro delas. Isso é muito importante. Há alternativas perfei-tamente viáveis no que tange ao atendimento das de-mandas das duas partes. Fora disso, marcharemos para soluções improvisadas, que poderão con-duzir-nos a prejuízos econômicos, sociais e ambientais desastrosos.

Na semana passada, o Ministro Fernando Be-zerra convidou a Bancada de Sergipe, meu Estado, para expor o projeto mais importante do seu Ministé-rio: o projeto da transposição das águas do rio São Francisco para o Nordeste setentrional. Embora considerando justo o desejo de S. Ex^a de procurar viabilizar esse empreendimento, infelizmente o projeto não nos foi apresentado pelo simples fato de ainda não estar concluído. Segundo fomos informados na mesma reunião, o projeto da transposição das águas do rio São Francisco ficará pronto neste semestre, mas, pelos ru-mos encaminhados nas discussões, parece-nos que o projeto em elaboração não irá contemplar todos os aspectos que são absolutamente essenciais.

Daí, a reunião não serviu para acalmar minhas preocupações sobre o assunto, que é absolutamente vital para o Nordeste e para toda a Nação brasileira, até pelo contrário. Tanto para nós quanto para o Mi-nistro, o encaminhamento correto desse projeto é questão de sobrevivência para o meu Estado. Estou convencida de que há alternativas técnicas plena-mente viáveis, que possibilitam soluções que conciliam legítimos interesses de todos os nordestinos que se encontram divididos por uma polêmica profunda-mente desgastante.

E é sobre esses caminhos que eu gostaria de tratar nesta tarde. A primeira questão é que a partir da década de 1950, quando da criação da Chesf, o pla-nejamento do uso econômico do rio foi confiado a uma empresa exclusivamente energética quando o correto seria estar subordinada a um órgão que tives-se uma visão global, quer seja o consumo humano, a produção de alimentos com a irrigação, a energia hi-

drelétrica, a pesca, a navegação e o lazer. E o que ocorreu?

Em todos os seus estudos, a Chesf, como era previsível, priorizou a maximização da produção de energia em vez de visar ao equilíbrio do uso múltiplo das águas. De fato, não seria justo culpar a Chesf por esse procedimento, afinal a formação dos seus técni-cos e a missão precípua da empresa visam natural-mente a geração de energia. Eles cumpriram brilhan-temente seus objetivos. O erro foi a falta de uma visão estratégica do Governo, que deveria ter subordinado as diretrizes da Chesf a um órgão governamental que regesse o macro planejamento preconizando a busca de um equilíbrio no aproveitamento múltiplo das águas.

Haja vista que um rio da dimensão do São Fran-cisco teria um potencial para, no mínimo, irrigar de 3 a 4 milhões de hectares, enquanto, nas circunstâncias vigentes, alcançará no máximo 800 mil hectares – isso se não reduzirem ainda mais a sua vazão. Um bom exemplo comparativo para se avaliar o prejuízo por essa falta de visão do uso integrado das águas é analisar o que ocorre atualmente na Califórnia. Graças a sua firme estratégia de só desenvolver qualquer estudo para o aproveitamento de seus recursos hídri-cos, encarando-os por inteiro, de forma articulada, buscando a maximização equilibrada do seu con-junto, consegue irrigar 4,5 milhões de hectares, sem em-bargo de produzir energia, abastecer milhões de habitan-tes, promover transposição de bacias e garantir a nave-gabilidade. Ora, quando se compara seu formidá-vel aproveitamento hídrico, cujo principal rio é o Colo-rado, percebe-se que é nitidamente inferior ao São Francisco, que, como se vê, teve o seu planejamento para uso múltiplo com grave erro de concepção.

Acrescente-se também que o rio Colorado, em-bora muito menor que o rio São Francisco, ainda é aproveitado para irrigar outros sete Estados americanos, nos quais prevalece semelhante visão do apro-veitamento integrado dos recursos hídricos. Compete assinalar que essa mesma estratégia de uso racional e meticuloso dos recursos hídricos, abordando-os sempre de forma a obter um equilíbrio no aproveita-mento dos seus vários usos, é consensualmente utilizada em todas as principais nações do mundo.

Além dos pontos assinalados, há um outro as-pecto lastimável: a péssima conservação do rio São Francisco. Ainda nos reportando ao exemplo do rio Colorado, há uma constante preocupação com a sua con-servação, primando-se pela sua permanente revi-talização, em contraste com o total abandono do Ve-

Iho Chico – tanto é que nunca se implementou um programa mínimo de conservação.

O resultado é o absurdo desflorestamento das suas margens, o seu assoreamento permanente – criando problemas crescentes nas extensões navegáveis –, o surgimento de ilhas de areia no meio do rio, a diminuição e até a extinção de diferentes tipos de peixes que constituem a sobrevivência de dezenas de milhares de pescadores, cada vez mais sacrificados pelo empobrecimento crescente das águas do rio.

As populações ribeirinhas de Alagoas e de Sergipe assistem, quase em pânico, ao avanço do Oceano Atlântico em direção ao rio, começando de sua foz e colocando em perigo iminente a salinização de suas águas, com consequências inimagináveis na inviabilização de projetos de irrigação, que produzem alimentos e geram milhares de empregos – como o Platô de Neópolis, em Sergipe, no meu Estado, projeto de fruticultura irrigada, modelo no Nordeste.

À altura de Penedo, do lado alagoano, e em Neópolis, do lado sergipano, a uma distância de pouco mais de 40 Km da foz, já se pescam peixes próprios dos oceanos – para não falar da destruição do Cabeço, povoado de pescadores localizado na foz do rio, que teve todas as suas 150 casas, a igreja e demais edificações inteiramente destruídas pelo avanço das águas do oceano. A continuar o avanço da cunha salina, dentro de pouco tempo estará sob risco a Adutora Sertaneja, que abastece de água 17 municípios do sertão sergipano, provocando consequências catastróficas. Isso está ocorrendo porque a Chesf não está garantindo a vazão mínima de 2.060 m³/s, estipulada nos vários acordos firmados entre ela e a Codevasf para vigorar no Baixo São Francisco.

No que diz respeito à vazão prevalecente a partir da Hidrelétrica de Xingó, ela mantém a média de 1.800 m³/s, sendo comum atingir-se a 1.300m³/s, permitindo o avanço das águas do mar em direção ao rio São Francisco.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é um resumo do que provocou um acúmulo de erros sucessivos, decorrentes de uma abordagem inicial equivocada sobre o aproveitamento do rio São Francisco. No entanto, caso queiramos agir com prudência e não com açodamento, vislumbram-se caminhos técnicos a serem trilhados, capazes de conciliar todos os interesses em conflito.

É verdade que lamentavelmente não se pode retroagir no tempo para se fazer um macroplanejamento ideal, visando-se à maximização de resultados no uso integrado das águas do rio São Francisco. Mas, felizmente, há alternativas para se corrigirem

muitas das deformações hoje existentes, para as quais, caso não haja intervenção drástica de uma ação ambiciosa, caminharemos, com resultados imprevisíveis para a população nordestina.

Duas ações são inadiáveis: o reforço da vazão da calha central do rio São Francisco e um amplo e permanente projeto para sua revitalização.

Há três grandes rios cujos afluentes podem socorrer o São Francisco: o rio Tocantins, o rio Paraná e os afluentes do próprio rio São Francisco.

Com o planejamento racional de obras para transposição de água desses afluentes para a calha central do rio São Francisco – obras que naturalmente não precisam ser simultâneas e imediatas, mas paulatinas, e seqüenciadas – poderíamos acrescentar à vazão do rio um volume substancial superior a 1.000m³/s de água.

Quais seriam os efeitos positivos desse acréscimo de vazão? Inúmeros. O mais relevante seria o vigoroso aumento da capacidade de irrigar das águas do São Francisco. Com efeito, como já citado, atualmente a capacidade plena de irrigação do Velho Chico é de apenas 800 mil hectares. Com o acréscimo de vazão em mais 1.000 m³/s, a nova capacidade de irrigação da atual bacia do São Francisco seria dobrada, passaria para 1,6 milhão hectares. Aspecto muito mais relevante, entretanto, é que poderia ser acrescida substancialmente a vazão da água a ser transposta para o Nordeste Setentrional e lá poderiam ser irrigados mais 800 mil hectares.

Trocando em miúdos: o potencial irrigável do rio São Francisco passaria dos atuais 800 mil hectares para 2 milhões e 400 mil hectares. Ou seja, estamos falando na criação de quase cinco milhões de empregos permanentes, só em função do acréscimo da capacidade para novos projetos de irrigação, sem contar com os empregos gerados pela pesca, pelos benefícios gerados pela integração da nova extensão navegável e pelo potencial turístico.

Por outro lado, há de se referir à tranquilidade do uso pleno do potencial hidroelétrico adicional sem a necessidade de se apelar para a energia termoelétrica, conforme atualmente está previsto, sabidamente muito mais onerosa.

Todas essas obras de reforço de vazão seriam realizadas concomitante à imprescindível ação em obras indispensáveis para a revitalização do Rio São Francisco, que deveriam ser perenes, como ocorrem em rios de outras nações.

Dentre elas, o reflorestamento imediato das margens, sobretudo nas nascentes, a imediata corre-

ção da erosão e as dragagens corretivas para garantir a plena navegabilidade.

Como se percebe, não se trata aqui da discussão estéril de ser contra ou a favor da transposição. Não se pode negar o socorro a nossos irmãos do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, especialmente em se tratando de água. Um nordestino jamais nega um copo de água a um irmão sedento.

O importante, todavia, é que existem saídas tecnicamente viáveis para serem compatibilizados os anseios de todos nós nordestinos.

Pode-se promover a revitalização do Rio São Francisco, ação que deveria ser não apenas emergencial, mas sim permanente, e viabilizar-se o macro-planejamento para um reforço amplo da vazão do São Francisco, a ser realizado de modo paulatino, seqüenciado e ininterrupto, bem como as obras de transposição de bacias. Suas obras deveriam ser começadas imediatamente, de modo que, à medida que for sendo efetivada a transposição das águas para o Nordeste Setentrional, fossem, também, compensadas pela adição das águas dos afluentes, segundo descrito anteriormente e, aliás, de acordo com o entendimento do ex-Ministro do Planejamento Beni Veras, que atualmente é vice-Governador no Estado do Ceará.

Não se deve perder de vista, e isso é consenso, que contar com recursos hídricos adequados será o fator imprescindível que definirá se uma região ou mesmo um país será viável economicamente no séc. XXI.

Segundo os nossos melhores analistas, essa questão é tão crucial que haverá mais guerras no próximo século pela disputa da água, do que tivemos até o momento pela disputa do petróleo. Sob esse aspecto, portanto, somos privilegiados, porquanto nossa região mais carente de recursos hídricos, nosso imenso semi-árido, é plenamente viável, desde que tenhamos lucidez, vontade nacional e decisão política para empreendermos as ações racionais.

Seria inconcebível e politicamente insustentável partir-se para uma visão limitada de se fazer a transposição a qualquer preço de um rio que está profundamente enfermo e que poderá morrer se não tomarmos os cuidados mínimos para preservá-lo. Mas o pior e muitíssimo mais grave seria o erro imperdoável de nossa geração, sobretudo da classe política que dirige a Nação, se resolvemos seguir o caminho sem os estudos de inserção regional, de impacto ambiental, de cartografia, de viabilidade técnico econômica, e os projetos básicos bem definidos, claros e amplamente discutidos. Sem isso seria consumar o maior crime já cometido contra os nordestinos. Seguir pelo

caminho correto, conforme analisado, seria uma obra de grandeza tal, Sr. Presidente, que imortalizaria seus autores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Durante o Discurso da Sra. Maria do Carmo Alves, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

Durante o Discurso da Sra. Maria do Carmo Alves, o Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet, por permuta com a Senadora Marina Silva.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, mais uma vez, o que me traz à tribuna do Senado, neste início de semana, é a abordagem de um tema que, mais do que qualquer outro, diz respeito ao Senado da República, com sua responsabilidade de procurar o equilíbrio entre as Unidades da Federação brasileira, de defesa dos interesses regionais, da luta que esta Casa tem obrigação de travar para a eliminação da concentração de renda e das desigualdades regionais.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a guerra fiscal entre os Estados tem recrudescido ultimamente, e esse recrudescimento, na nossa modesta visão, praticamente põe em risco a Unidade da Federação brasileira. Ela existe devido à pobreza; ela existe porque uns são ricos e outros são pobres; ela existe porque ninguém quer ficar em estado de pobreza; ela existe porque todos têm o justo anseio de uma melhor qualidade de vida.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, assusta-me o noticiário da imprensa e recentes medidas que estão sendo adotadas neste País. Leio na **Folha de S.Paulo** de 20 de janeiro que o Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo, disse que o Estado vai endurecer a guerra fiscal, editando – como realmente já editou – medidas de restrição a produtos vindos de Estados que concedem incentivos. O Governador de São Paulo avisa que se pode esperar por novas medidas, que ele pode lançar outras, além da que já lançou, para proteger o seu Estado. Diz o Governador que, se não pagam lá, todos esses produtos terão que pagar impostos aqui – aqui, referindo-se ao Estado de São Paulo.

O **Jornal do Brasil** de ontem tem um título até mais preocupante ainda: "Covas vai à Guerra". O **Jornal da Tarde**, do Estado de São Paulo, afirma: "Covas dá início a retaliações. Empresas paulistas que compram embalagens do Paraná vão perder desconto. Outros alvos: Concessionárias Ford, indústrias que trazem produtos da Bahia".

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a essas declarações de **O Estado de S.Paulo**, a Bahia e o Espírito Santo respondem que vão reagir e, inclusive, entrar na Justiça, a fim de se defenderem. O Rio Grande do Sul diz que seguirá São Paulo na guerra fiscal e que a situação não pode continuar, pois o Estado gaúcho está sendo prejudicado.

Assusta-me, Sr. Presidente, porque não só os Governadores estão falando. O Prefeito de São Paulo também está, e li em **O Estado de S.Paulo** de ontem que o Prefeito Celso Pitta, para reconquistar empresas de São Paulo, vai reduzir a alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a fim de que elas paguem esse imposto a São Paulo, embora atuem lá fora e estejam pagando esse imposto em outros municípios mesmo do Estado de São Paulo. E ele se refere às empresas de **software** e às empresas que fornecem mão-de-obra. Fico assustado, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, porque não convém ao Brasil essa guerra fiscal, que tem causas conhecidas pelo Congresso: as desigualdades sociais. Há desajustes, temos extrema pobreza nos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Todos querem progredir, como já afirmei. O Governador Dante de Oliveira disse que também iria entrar na briga. Declarou que iria percorrer todas as unidades da Federação para atrair empresas para o Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Senado da República tem a responsabilidade de enfrentar esse problema. Se levada às últimas consequências, teremos uma situação autofágica que não ajudará ninguém, que prejudicará todos os Estados da Federação.

Não podemos negar, é evidente, que os Estados menos favorecidos têm direito a uma melhor sorte, têm direito de buscar incentivos para que possam progredir. Não é possível termos uma parte do Brasil muito rico e outra muito pobre. Precisamos atentar para a realidade nacional. Os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste vêm, há muito tempo, lutando para conquistar espaço. O Brasil é gigantesco, e nós precisamos conquistar até mesmo espaços geográficos. Não pode haver tanta concentração assim, concentração populacional, concentração de renda em detrimento de outras unidades da Federação.

Não sou contra São Paulo, a locomotiva do Brasil, Estado que, a partir de 1950, foi muito favorecido por Juscelino Kubitschek e hoje é a unidade mais industrializada da nossa Federação. O que tem se algumas empresas saírem do Estado para ocupar espaços em outras unidades da Federação? O que falta é um ajuste.

Não critico o Governador Mário Covas; só peço a ele que não exacerbe, só peço a ele que encontre os limites da sua atitude. O Governador Mário Covas – homem íntegro, homem honesto, homem que tem visão dos problemas nacionais –, com toda a certeza, há de entender que quem governa São Paulo tem que ter a visão do Brasil como um todo, e acredito que essas medidas podem ser até um chamamento de atenção que o Governador esteja fazendo por aquilo que está faltando ao Brasil há muito tempo. Estou há 5 anos nesta Casa, dizendo que há muitos anos não temos uma política de desenvolvimento nacional; faltam políticas de desenvolvimento regional, falta ao Governo Federal olhar para as regiões do Brasil e conceder os incentivos consoante a vocação de cada região do nosso País.

O nosso Brasil não é um Brasil igual. Aquilo que está sendo feito em São Paulo poderá não ter condições de ser feito em meu Estado ou em outras unidades da Federação brasileira. Mas muita coisa pode ser feita no Brasil pobre que não possa ser feita no Estado de São Paulo. Mas, e a política de desenvolvimento? Quem está planejando a vocação das unidades da Federação brasileira? Eu, pelo menos, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não tenho conhecimento disso.

Talvez seja a falta de política de desenvolvimento que esteja acarretando essa guerra fiscal, muito embora esteja em tramitação na Câmara dos Deputados a reforma tributária, reforma essa que eu não sei se acabará com a guerra fiscal, se trará medidas que possam realmente eliminar as desigualdades regionais, a concentração de renda que atormenta os brasileiros, que atormenta o Brasil por inteiro.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é preciso uma compreensão para com os Estados mais necessitados, porque essa guerra fiscal surgiu pela inexistência de uma política nacional de desenvolvimento; ela revela um aspecto crucial do debate sobre o futuro do Brasil, que é a persistência das desigualdades regionais. Sem essas políticas, passamos a ter a guerra fiscal.

Além disso, estamos num mercado globalizado. Os grandes atores do mercado global nos manejam segundo seus objetivos estratégicos, que nada têm a

ver com a opção da sociedade brasileira, diferentemente do que faz a Alemanha, a China ou a União Europeia, que mantêm políticas regionais explícitas de desenvolvimento regional. Países e Estados altamente desenvolvidos, como os Estados Unidos da América do Norte, a China, com a imensidão do seu território, a União Europeia, a Alemanha, que é pequeninha, têm desigualdades regionais e, por isso, vez por outra, adotam políticas de desenvolvimento, concedendo incentivos para suas regiões necessitadas de desenvolvimento. Isso tem de ser feito mediante planejamento. O Estado é indutor de desenvolvimento. Ou vamos deixar tudo para o mercado para vermos o que vai fazer? Não! O problema é o Estado renunciar a ser um foco de articulação pública, submetendo-se completamente à lógica dos agentes privados. Quem vai buscar viabilizar os objetivos nacionais mais abrangentes? Qual é o objetivo nacional mais abrangente do que o objetivo da integração nacional, que o da eliminação das desigualdades regionais? Quem tem de ser o indutor disso? Sem dúvida nenhuma, é o Estado, que não pode abrir mão disso. Daí nosso apelo para que haja políticas de desenvolvimento regional, a fim de eliminarmos a guerra suicida, que é a guerra fiscal entre as Unidades da Federação brasileira.

Antes de conceder o aparte ao Senador Amir Lando, permita-me concluir o raciocínio que está em minha mente e que preciso extravasar. Quando penso, por exemplo, que existem empresas de São Paulo atuando em outras Unidades da Federação, levando suas filiais, deixando São Paulo, pergunto: estão fazendo mal ou bem a São Paulo?

Nem sei mais dizer. Parece-me que as grandes metrópoles – e estou falando de São Paulo, porque o Governador Mário Covas, que foi Senador desta Casa, está adotando medidas duras e disse que poderão vir outras – estão inabitáveis, Sr. Presidente, Srs. Senadores; o clima de violência está insuportável. Ninguém agüenta mais viver nas grandes metrópoles. É preciso desafogá-las. É preciso ocupar os espaços existentes no nosso País, como já afirmei neste pronunciamento. Tudo é Brasil. Vamos contribuir!

Por que o Prefeito Pitta vai agora baixar a alíquota do ISS das empresas de São Paulo que estão recolhendo esse tributo em outros Municípios, até mesmo do Estado de São Paulo? Qual é o problema? O problema é trazer tudo para si, aumentando a desigualdade? Não acredito, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Creio que está faltando bom senso. Esse bom senso, esse ponto de equilíbrio poderá ser encontra-

do – e tenho certeza que será – na reforma tributária, se tivermos juízo. Mas nunca poderemos esquecer que, acima da reforma tributária, estará, indubitavelmente, uma política de desenvolvimento nacional que atenda às peculiaridades de cada região, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Planejamento é mais do que importante. Ninguém consegue administrar um país da dimensão do Brasil sem um planejamento eficiente e eficaz, que tenha sido discutido com a sociedade. Não podemos, pois, nos digladiar diante desses problemas, que, mais do que a economia, podem prejudicar a sociedade brasileira se não atentarmos para eles.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite-me V. Ex.^a um aparte, eminente Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com muita satisfação, Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Ilustre Senador Ramez Tebet, V. Ex.^a aborda, com sabedoria e profundidade, um tema para o qual a mídia ainda não deu a devida atenção. Preocupa-nos o fato de que essa guerra como está sendo esboçada constitua-se na ante-sala da guerra de secessão. Ao denunciar a guerra fiscal, V. Ex.^a tocou num ponto que deve, ser nenhum prurido, ser trazido ao debate. Bem falou da preocupação que tem em relação à sobrevivência da unidade nacional. E o que se percebe? Percebe-se que uma série de medidas, seguindo uma cartilha vinha de muito longe, de fora das nossas fronteiras, de nações que estão preocupadas ao menos com o tamanho territorial do Brasil, com as riquezas do solo e do subsolo brasileiro, com nossas riquezas naturais, estão sendo tomadas para se semear a cizânia e a secessão. Nós, brasileiros, precisamos tomar consciência do perigo que corremos e manter a unidade nacional. Em verdade, os próprios FMI e Banco Mundial recomendavam recentemente que era preciso a União endurecer contra os Estados, era preciso retaliar os Estados. Ora, nobre Senador Ramez Tebet, esse é o passo para a separação dos Estados que não suportam mais o jugo da arrecadação, que na maior parte não se destina à construção de obras para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, mas sim para pagamento da dívida interna e externa. Estamos sangrando os Estados. Em nome de Rondônia, hoje pretendo usar da tribuna para tocar esse ponto. Mas V. Ex.^a me obrigou a aproveitar a oportunidade e a sabedoria com que aborda a questão e gravar esta preocupação, preocupação que deverá ser debate no Senado, porque esta é a Casa dos Estados, é a Casa da Federação: ou consideraremos a Federação una e indivisível, ou começaremos um

processo que ninguém sabe onde vai terminar – talvez semelhante ao que aconteceu na antiga União Soviética e ao que está acontecendo na Federação Russa. Isso é pedagógico. Assim foi na antiga Iugoslávia. Cada vez mais, vamos nos apercebendo que medidas, propostas e posturas vão asfixiando certas regiões, expelindo-as da Unidade Nacional. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sou eu que agradeço as palavras de V. Ex^a, que enriquecem e dão brilho ao meu pronunciamento. É isso mesmo que V. Ex^a falou. Queremos aqui uma guerra de secessão? O que queremos para o Brasil? Temos de querer a Unidade Nacional.

É bom que não nos esqueçamos de que o Sudeste forte foi desenvolvido a partir de fortes incentivos governamentais. O sistema do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, foi o grande financiador da infra-estrutura dos investimentos privados localizados no Estado de São Paulo. Há quanto tempo estamos, nesta Casa, pedindo recursos ao BNDES? Até projetos de lei foram elaborados para fazer com que o BNDES aplique nas regiões mais necessitadas um pouco dos seus recursos. Nada aplica no Centro-Oeste, por exemplo. Eu mesmo apresentei emenda a um projeto de lei que tramita nesta Casa para incluir o Centro-Oeste. O projeto de lei diz respeito ao Norte e ao Nordeste e eu acrescentei: "inclua-se o Centro-Oeste". Gasta-se tudo no Sudeste. A renúncia fiscal da União sempre foi e continua sendo muito maior para o Sudeste: 43% dos benefícios tributários da União, em 1996. Para o Nordeste foram 13% dos mesmos benefícios.

Veja bem: eu não estou contra São Paulo. Ao contrário, nós dependemos de São Paulo, nós precisamos de São Paulo. Estou fazendo um apelo a São Paulo para que não promova medida de endurecimento desta ordem, para que compreenda que os Estados mais pobres estão buscando incentivos e têm justa razão para buscá-los. Eles precisam integrar-se ao Brasil; eles precisam de melhor qualidade de vida para sua população, de melhor infra-estrutura, melhores escolas, melhor sistema de saúde. Por que São Paulo é o centro para onde convergem os enfermos do Brasil inteiro? Porque no nosso interior não há sistema de saúde. O sistema de saúde do interior é deficitário.

E já houve algum avanço. Lembro, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, que um dia tive que deixar meu torrão natal para estudar porque não havia escolas no meu Estado. Essa desigualdade, portanto, existe desde que o Brasil é Brasil. Temos de vencê-la!

O nosso grande desafio é integrar; portanto, o grande desafio do Senado, que representa a federação brasileira, é promover essa integração que não foi promovida no século que se encerrou, mas aproveitemos este momento para integrarmos o Brasil, para diminuirmos as desigualdades, para que todos tenham as mesmas oportunidades. Esta, sim, é uma das exigências da democracia. É o regime que deve dar igualdade de oportunidades para todos.

Não podemos ingressar no século XXI sem enfrentar, de forma definitiva, essas imensas desigualdades, que dividem este País em dois: um desenvolvido e o outro subdesenvolvido.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com muita honra, Senador José Alencar.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Senador Ramez Tebet, congratulo-me com o sábio pronunciamento de V. Ex^a, e agradeço esta oportunidade. Já nos habituamos, no Senado da República, a admirar o seu discernimento, a sua cultura e a sua visão de Brasil. V. Ex^a citou Juscelino Kubitschek, que foi um dos maiores Presidentes da história republicana brasileira. S. Ex^a era mineiro. Ao chegar, aqui no Brasil, a indústria automobilística na segunda metade dos anos 50, se o Presidente Juscelino não tivesse uma visão nacional, a teria levado para Minas Gerais, porque a logística mineira indicava condições excepcionais para o seu desenvolvimento. Primeiro pela existência de energia elétrica, segundo pela localização geográfica privilegiada do Estado. E mais, porque em Minas estavam as grandes empresas siderúrgicas para produzir a matéria-prima essencial para a indústria automobilística. Considerando que o Estado de São Paulo representava um apelo maior do ponto de vista mercadológico para as indústrias, ele não interferiu; permitiu que elas se instalassem naquele Estado. Iniciou-se o desenvolvimento industrial, mais sofisticado, do Estado de São Paulo. Esse mesmo Presidente Juscelino, com visão nacional ímpar, criou a Sudene, reconhecendo a desigualdade regional deste País continental. E nós todos, que conhecemos o Nordeste antes e depois da Sudene, podemos testemunhar – ainda que tenha havido grandes projetos que fracassaram – um divisor entre o Nordeste antes e depois de Juscelino. Por quê? Porque houve um tratamento diferenciado para o Nordeste em termos de incentivos fiscais. Hoje, estamos vivendo nesta Casa tempo de Reforma Tributária, e V. Ex^a abordou com maestria o assunto. Não podemos permitir que desta Reforma Tributária, se houver, não conste um trata-

mento diferenciado para as diferentes regiões do Brasil. Tem de haver tratamento diferenciado, por exemplo, para o norte de Minas, para o Vale do Jequitinhonha – uma das regiões mais pobres do Brasil –, para todo o Nordeste, para o Centro-Oeste, para a Amazônia e para o Norte. Sabemos das diferenças regionais que alcançam o aspecto social e econômico de cada região do Brasil. V. Ex^a traz ao Senado da República matéria de tão elevada importância, em hora oportuna. Meus parabéns, Senador Ramez Tebet. Espero que Deus o ajude a continuar sempre trazendo para esta Casa contribuições inestimáveis como tem sido uma constante na sua vida de homem público.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador José Alencar, agradeço-lhe muito. Falou a experiência do homem de Minas Gerais, empresário bem sucedido e que não tem raízes fincadas apenas em seu Estado – sei disso –, mas também em outras Unidades da Federação Brasileira. Temos conversado muito, Senador José de Alencar, e cada vez mais cresce em mim a estima, o reconhecimento e a admiração pelo seu espírito de brasiliade que sempre demonstra nesta Casa.

Há de ser esse espírito que nos governará, sem dúvida nenhuma. O Brasil não pode mais, Sr. Presidente, ser o campeão das desigualdades. Sabemos que a disparidade de renda neste País é uma das maiores do planeta, com os 10% mais ricos controlando 50% da renda nacional enquanto os 50% mais pobres participam com menos de 10% da renda. Defendo que os Estados mais pobres estão certos em demandar desenvolvimento mais rápido e acentuado. Que não se lhes negue esse direito. Muito ao contrário: que o Governo Federal os estimule, sendo indutor dessa idéia a fim de diminuir essas desigualdades econômicas.

Há uma elevada autonomia das regiões mais desenvolvidas, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, que está concentrada no Sul e no Sudeste. Há um prejuízo e um vazio enorme – volto a repetir – a ser ocupado nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Refiro-me especificamente ao Centro-Oeste, região minha e do Senador Lúdio Coelho, que preside os nossos trabalhos na hora em que faço o meu modesto pronunciamento. O nosso Centro-Oeste abrange um quarto do território nacional. Busquemos a sua vocação, atentemos para a vocação do Centro-Oeste, como devemos atentar para a vocação das outras Unidades da Federação, e, dentro das regiões do Brasil e dentro de cada Unidade, vamos atentar também para as peculiaridades.

É preciso que o Estado não fique alheio, é preciso que o Estado não confie só no mercado, é preciso que o Estado seja o indutor disso, Sr. Presidente, e que São Paulo compreenda. Conheço o espírito patriótico do Governador Mário Covas e sei que S. Ex^a está fazendo um alerta. Sei que, pelo Governador, não haverá guerra fiscal, pois S. Ex^a sabe que defender São Paulo é lutar para o bem-estar da sua população.

Recente pesquisa realizada pela DataFolha e publicada pela Folha de S.Paulo demonstra que a insatisfação de quem mora em São Paulo cresceu de 50% para 76%, devido à dificuldade de viver e conviver nas grandes metrópoles. Por que não desafogar isso? Por que não permitir que essas indústrias realmente ocupem outras Unidades da Federação brasileira?

É o apelo que faço, Sr. Presidente, Srs. Senadores, prometendo retornar a esta tribuna em outra oportunidade, para continuar com este assunto, que é a razão de ser desta Casa e que tem sido a bandeira que tenho empunhado, desde que há cinco anos cheguei ao Senado, pensando no Brasil, pensando no Centro-Oeste e em meu Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR RAMEZ TEBET EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

Folha de S.Paulo

VIVER EM SÃO PAULO

A sensação de que a cidade de São Paulo torna-se menos e menos habitável é patente na nova pesquisa Datafolha sobre o grau de satisfação dos paulistanos com sua cidade. Com relação a pesquisa similar feita em 97, a proporção de paulistanos que associam São Paulo a valores negativos cresceu de 50% para 76%. É notável que os problemas com o trânsito, que irritavam 10% dos moradores três anos atrás, hoje sejam mencionados apenas por 4%. Essa mudança na percepção subjetiva não reflete melhoria no trânsito neurótico, mas indica a degradação ainda maior da qualidade da vida urbana em geral.

Dentre tais aflições, as principais são a violência e o desemprego. A violência foi citada por 17% dos cidadãos em 97, e por 29% agora, como a primeira idéia que vem à cabeça quando se pensa na cidade. O receio de perder o emprego subiu de 5% para 13%. Os dois fenômenos estão decerto ligados, mas não afetam só São Paulo: são preocupações nacionais.

Não resta dúvida de que a estagnação do País agravou as desigualdades existentes. A falta de dinheiro levou os paulistanos a reduzir a freqüência aos cinemas, as visitas aos shoppings e as idas aos restaurantes. A insegurança também contribuiu para a reclusão forçada da população, limitando até as jomadas aos estádios de futebol. Mas nem tudo pode ser creditado às dificuldades econômicas. O aumento das reclamações sobre problemas locais, como enchentes (7%) e falta de coleta de lixo (4%), aponta para deficiências do governo estadual e do municipal. O próprio grau de insegurança da população resulta, em larga medida, da incapacidade de o poder público cumprir sua missão.

Não se trata somente de aumentar o policiamento ou as vagas nos presídios. Conspira a favor da criminalidade não só a ineficiência da polícia, mas a incompetência do Estado em todas as áreas de atuação. A burocracia é morosa, as escolas são ruins, o serviço de saúde é péssimo. Faltam meios de transporte, áreas verdes e locais de lazer. A dignidade das pessoas não é atingida por apenas um deslize: elas são desrespeitadas por inteiro. No momento em que o cidadão mais precisava da assistência do Estado, este faltou com seus deveres.

A pesquisa mostra que a vida na cidade piorou, salvo num aspecto. Hoje a consciência do paulistano sobre os problemas é muito mais aguçada. Questionados sobre qual presente gostariam de oferecer à cidade, 17% mencionam uma administração pública mais eficiente. Essa percepção de que algo pode e deve ser feito para melhorar o município resultou na cassação de dois vereadores paulistanos e um deputado estadual em 99. Mas isso está longe de ser suficiente. É preciso que os eleitores se mobilizem para cassar, nas urnas, aqueles que maculam a administração pública. É o presente que a cidade merece.

O Estado de S. Paulo

PITTA BAIXARÁ IMPOSTO PARA RECONQUISTAR EMPRESAS

Flávio Mello

O prefeito Celso Pitta (PTN) decidiu entrar na guerra fiscal, no rastro da polêmica iniciada com a decisão do governador Márcio Covas (PSDB) de adotar medidas de proteção contra os incentivos fiscais concedidos por outros estados (ver texto abaixo) para atrair empresas. Em poucos dias, Pitta promete assinar decreto para reduzir o valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) que as empresas de software e de fornecimento de mão-de-obra têm de recolher ao Tesouro municipal.

O decreto, em fase final de elaboração na Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, vai modificar a base de cálculo do ISS para as empresas dos dois primeiros setores definidos. A alíquota de 5% vai incidir somente sobre o valor cobrado pela taxa de administração das empresas e não mais sobre o valor total da fatura, que inclui a despesa com mão-de-obra.

Na prática, o desembolso com o pagamento do ISS será menor. "A mudança da base de cálculo do ISS para o setor de software e de fornecimento de mão-de-obra é a primeira decisão tomada, suficiente para dar uma chacoalhada geral e trazer essas empresas de volta para São Paulo", afirmou o prefeito, em entrevista exclusiva ao *Estado*.

Pitta acredita que "centenas" de empresas retornarão ao município depois que o decreto for assinado. As estimativas de aumento da arrecadação e da redução de imposto que a alteração da base de cálculo provocará para as empresas devem ser entregues ao prefeito amanhã.

Além disso, Pitta adiantou que há vários estudos para uma drástica redução da alíquota do ISS em São Paulo, medida ainda não adotada porque a discussão sobre a reforma tributária foi retomada pela Câmara dos Deputados. "Não tomei uma medida mais drástica porque a reforma tributária foi retomada, mas não dá mais para agüentar empresas prestando serviço em São Paulo e recolhendo imposto em outro município que reduziu a alíquota".

A alteração da base de cálculo do ISS para as empresas de fornecimento de mão-de-obra é uma antiga discussão na Prefeitura de São Paulo. O ex-prefeito Paulo Maluf (PPB) tentou aprová-la por meio de projeto de lei na Câmara Municipal, em

1993. O texto foi aprovado pelas comissões permanentes da Câmara, mas acabou arquivado por falta de consenso.

A proposta foi retomada por Pitta, que prometeu colocá-la em prática em novembro de 1997. Foi novamente adiada por causa do início das negociações para a rolagem da dívida mobiliária para o governo federal – a prioridade número um do governo municipal nos últimos anos.

Decreto – Como a medida é polêmica e sabe que qualquer projeto submetido à Câmara Municipal acaba passando por alguma negociação política com os vereadores que integram sua base de sustentação, Pitta decidiu alterar a base de cálculo do imposto por decreto. De acordo com os assessores jurídicos da Prefeitura, somente a redução de alíquota tem de ser instituída por lei.

Além disso, Pitta sabe também que teria de enfrentar a reação das bancadas de oposição. O vereador José Eduardo Martins Cardozo (PT), ex-secretário de Governo na gestão da hoje deputada Luiza Erundina (PSB – SP) é contrário à proposta por entender que ela é praticamente uma isenção tributária.

De acordo com Cardozo, os gastos com mão-de-obra representam a maior parte dos recursos envolvidos na fatura das empresas desse segmento. O secretário municipal dos Negócios Jurídicos, Edvaldo Brito, discorda do vereador e garante que a arrecadação com o ISS vai aumentar.

"Se as empresas que ainda estão em São Paulo permanecerem e as que mudaram retornarem, a arrecadação só poderá crescer", afirmou Brito, quando a proposta começou a ser analisada por Pitta. O secretário enfrentou resistências não apenas da oposição, mas também dentro do próprio governo municipal.

O ex-secretário municipal da Administração, José Antônio de Freitas, sempre foi contra a idéia. Freitas disse que temia a mudança na base de cálculo porque não tinha certeza se realmente haveria aumento da arrecadação.

Perda – Estudo realizado por técnicos do Ministério Público Estadual e publicado pelo *Estado* no ano passado mostra que a cidade de São Paulo perdeu R\$8,4 milhões entre outubro de 1995 e dezembro de 1997 somente para o Município de Pirapora do Bom Jesus. Em 1995, a Prefeitura fixou a alíquota média do ISS em 0,3% e várias empresas mudaram o endereço para a cidade e continuaram prestando serviços na capital.

Ao comparar os três últimos meses de 1995 com o mesmo período de 1996, os técnicos do Ministério Público Estadual descobriram que o valor arrecadado com o ISS aumentou quase 50%. O estudo mostra que, se as empresas continuassem recolhendo o imposto na cidade de São Paulo, a Prefeitura teria arrecadado R\$8,4 milhões.

"Por simulação, constatou-se que, só em Pirapora do Bom Jesus, esses prestadores de serviços, após a alteração de alíquotas, sonegaram do Município de São Paulo mais de R\$8 milhões", afirmou em seu relatório o ex-secretário da 1ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital e atual Promotor de Justiça de Falências, José Lino Brito. O valor que a capital deixou de arrecadar, no entanto, pode ser maior. Isso porque os técnicos não incluíram na simulação as empresas que mantêm sede oficial em Santana do Parnaíba, Juquitiba, São Lourenço da Serra e Barueri.

A investigação coordenada por Lino Brito revelou, também, que a maioria das empresas mantém apenas endereço nesses municípios, nos quais recebem algumas correspondências. O serviço continua, no entanto, sendo prestado na capital do Estado. Os endereços usados costumam ser de casas residenciais. Os proprietários "emprestam" o endereço para várias empresas, em troca de um "aluguel" mensal.

Receita – O ISS é uma das principais fontes de receita da Prefeitura de São Paulo. A previsão para este ano, que consta do

Orçamento, é arrecadar entre R\$1,4 bilhão e R\$1,5 bilhão com a cobrança desse imposto – quase o dobro da estimativa de receita com o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Pitta disse que é por isso que uma das principais preocupações dos prefeitos com a proposta de reforma tributária em tramitação é a possibilidade de o ISS ser substituído. "A preocupação existe porque não sabemos se a arrecadação atual será mantida ou não", explicou o prefeito.

GOVERNADOR DE MT TAMBÉM ENTRA NA BRIGA

Ricardo Osman e Tiago Oliveira

O governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira (PSDB), resolveu entrar na guerra fiscal e vai percorrer pessoalmente diversos estados para atrair, com programas e incentivos, negócios do setor agro-industrial. Ele é contra a disputa entre os estados por empresas, mas avalia que, diante da falta de um projeto nacional de desenvolvimento, alguns governadores não têm outra opção.

Por isso, Dante elaborou uma "agenda de divulgação" de Mato Grosso e decidiu conceder incentivos às indústrias de madeira, de algodão e de tratamento do couro. "Não posso aceitar o fim da guerra fiscal e a manutenção do status quo em que estados ricos, com infra-estrutura, ficam cada vez mais fortes e os em desenvolvimento ficam sonhando com o progresso", afirma o governador. "No dia em que for votado o fim da guerra fiscal, na reforma tributária, será votada também a criação de instrumentos que eliminem a desigualdade entre as regiões do País".

Na semana passada Dante esteve em São Paulo e amanhã conversará, em Brasília, com o presidente Fernando Henrique Cardoso. O governador ressalta que o assunto "é grave" e pede a interferência do Planalto. "O Governo Federal não pode ficar omisso nessa questão", avalia. Tem de ser um agente ativo no combate ao desequilíbrio regional e favorecer a descentralização do desenvolvimento".

No entanto, enquanto nada é decidido o governador de Mato Grosso prepara a mala e dá os últimos retoques na "agenda de divulgação". O próximo desembarque é no Rio. Dante informa que vai também buscar investimentos no exterior.

Polêmica – A disposição de Dante em conduzir pessoalmente o marketing de seu governo demonstra a luta que os governadores travam no País em busca de negócios para seus estados. A polêmica em torno da guerra fiscal aumentou no início deste ano, depois que o governador Mário Covas publicou decreto, no dia 28 de dezembro, que cria "salvaguardas" para São Paulo enfrentar a disputa com outros Estados.

Em visita a São Paulo, no dia 11, Fernando Henrique defendeu a atitude de Covas como uma resposta correta aos ataques à economia paulista. "Não é possível assistir à pilhagem de setores industriais sem reação", disse o presidente.

A partir do decreto, Covas pretende reagir contra os incentivos concedidos por três estados a setores específicos. Ele vai combater os benefícios dados pelo Paraná às indústrias de embalagens de plástico; pela Bahia ao programa Procobre, de desenvolvimento da mineração, e à importação de carros; e pelo Espírito Santo à importação de carros, que conta com incentivos do Fundo para o Desenvolvimento da Atividade Portuária (FUNDAP).

Folha de S.Paulo

GUERRA ENTRE ESTADOS

Chegou a um nível muito grave a disputa entre os estados brasileiros pela atração de investimentos, a chamada guerra fiscal. A idéia de guerra é mais do que nunca apropriada para des-

crever as ações de pilhagem de empresas que os estados empreendem uns contra os outros.

SUBLINHE-SE que a expressão "pilhagem" foi empregada pelo próprio Presidente da República, na semana passada, ao apoiar as retaliações que o Governador Mário Covas anunciará contra os incentivos que desviam investimentos de São Paulo.

Mas a União, representada pelo governo federal, parece não se dar conta efetiva do descalabro provocado pelo confronto interestadual. Covas prometeu sobretaxar bens produzidos por empresas beneficiadas por subsídios. Bahia e Paraná ameaçam ir à Justiça contra essa iniciativa paulista, de fato juridicamente duvidosa.

Covas, porém, mais do que impedir que São Paulo "importe" produtos, parece querer que tal disputa chegue ao paroxismo, a fim de demonstrar o irracionalismo a que ela chegou.

Talvez não seja a melhor estratégia, mas o governador paulista parece indicar que não suporta mais a indiferença federal em relação ao assunto. Covas disse que mal começou a reagir e que medidas mais pesadas virão.

A disputa é de uma agressividade que poucas vezes se vê mesmo entre países. A Federação, o acordo cooperativo entre os estados, está prejudicada. Divisas interestaduais parecem fronteiras; há protecionismo e dumping – concorrência desleal.

Covas disse ontem que não pode esperar a reforma tributária – se ela ocorrer – para que se dê cabo do abuso da guerra fiscal; disse que o governo federal poderia intervir mesmo sem tal reforma. É de fato exasperante a inércia do Planalto, embora o presidente tenha dito que condenava a guerra estadual. Disse e nada fez.

Os estados mais pobres estão certos em demandar desenvolvimento mais acelerado. A desigualdade econômica regional está diretamente relacionada à injustiça social. Mas é preciso um programa nacional coordenado para incentivar estados menos desenvolvidos. É preciso evitar que sejam beneficiadas apenas as empresas que fazem leilões entre governos estaduais – para evitar o casuísmo e o arbítrio com dinheiro público em benefício privado. Já passa da hora de o Planalto tomar atitude em relação à guerra entre os estados.

Incentivos

RS SEGUIRÁ SÃO PAULO NA GUERRA FISCAL

Porto Alegre – O Rio Grande do Sul deverá taxar produtos fabricados em outros estados, que tenham recebido incentivos fiscais, mesma medida tomada pelo governo de São Paulo para combater a guerra fiscal. "O espírito é o mesmo da legislação paulista e os termos deverão ser bastante similares", adiantou ontem o secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Rio Grande do Sul, José Carlos Vianna Moraes. O assunto está sendo tratado pela Secretaria da Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado (PGE), acompanhado pela Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) e o anúncio acontecerá "nos próximos dias". Segundo Moraes, os estudos "estão em fase final".

Além de preparar o novo armamento, o governo gaúcho avisou que recorrerá ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) para barrar qualquer abuso na concessão de bens tributários praticadas por outros governos estaduais com o intuito de atrair empresas do Rio Grande do Sul. A concessão deste tipo de favorecimento só pode legalmente ocorrer por meio de votação unânime no Confaz, e o Rio Grande do Sul advertiu que votará contra. "Quem der benefícios contrariando o Confaz estará procedendo contra a lei e iremos à Justiça contestá-los", resumiu Moraes. O governo gaúcho conseguiu liminares em duas

ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra reduções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por parte de São Paulo e Paraná.

Ontem, o Governador de São Paulo, Mário Covas, disse que aposta na Justiça para solucionar a guerra fiscal entre os estados. "Estou louco para que alguém vá à Justiça, porque aí a Justiça vai dizer se o que eu estou fazendo é legal ou não".

Uma das primeiras reações às salvaguardas de Mário Covas vem de Goiás. Na próxima semana, o Governador Marconi Perillo (PSDB), anunciará as medidas que adotará para conter o prejuízo.

O Rio Grande do Sul atacou a guerra fiscal desde a posse do Governador Olívio Dutra (PT). A intenção de renegociar os benefícios concedidos à Ford pela administração do Governador Antonio Britto (PMDB) – não só incentivos fiscais, mas empréstimos em dinheiro, sem correção monetária e com juros de 6% ao ano, além de bancar obras públicas e privadas – fez a montadora retirar-se da mesa de negociações e ir para a Bahia. Mas o governo gaúcho conseguiu renegociações com a General Motors (GM) e a Dell Computers.

"O que tem se verificado é que ela não é prejudicial apenas para quem perde uma empresa, mas acaba sendo negativa para aquele que ganha", argumentou Moraes. "Agora, São Paulo e o Rio Grande do Sul não estão mais sozinhos", sustentou. Moraes observou que o acordo em torno da reforma tributária é uma evidência de que outros estados perceberam as desvantagens de ceder recursos em troca de empresas. A adesão mais recente seria a do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que na abertura da Couromoda, em São Paulo, definiu a guerra fiscal como "pilhagem", assinalando que a prática não favorece os estados e sim os empresários.

Guerra Fiscal

COVAS DIZ QUE ESTADO VAI 'ENDURECER'

Da Folha Ribeirão

O Governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), disse ontem que vai "endurecer" a guerra fiscal editando novas medidas de restrição a produtos vindos de estados que concedem incentivos.

"Eu não vou mais discutir, podem esperar que virão novas medidas. Essa foi só a primeira", disse. Covas se referia à restrição ao cobre da Bahia e às embalagens de plástico produzidas no Paraná.

O governador disse que todos os produtos vindos de fora que a Secretaria da Fazenda paulista comprovar que recebem vantagens serão sobretaxados em São Paulo. "Se não pagam lá, todos esses produtos terão de pagar imposto aqui", afirmou.

Covas afirmou que não tem contestações judiciais de outros estados. O governador disse que imaginou que a guerra fiscal poderia ser resolvida com a reforma tributária.

"Seria muito fácil acabar com isso, mas não acabaram. Então, vamos fazer o mesmo que os outros (estados) fazem."

Guerra Fiscal

COVAS DÁ INÍCIO A RETALIAÇÕES

Empresas paulistas que compram embalagens do Paraná vão perder desconto. Outros alvos: concessionárias Ford e indústrias que trazem produtos da Bahia.

A Secretaria da Fazenda de São Paulo vai notificar as empresas do estado que comprarem embalagens de plástico produ-

zida no Paraná que sejam subsidiadas pelo Governo Jaime Lerner (PFL). Os clientes em São Paulo vão ser avisados de que não terão mais direito de descontar do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço – ICMS, a ser pago no estado, os valores já gastos com esse imposto na compra das mercadorias no Paraná.

É a primeira reação do Governador Mário Covas contra a guerra fiscal, baseada em decreto publicado em 29 de dezembro, que criou salvaguardas contra incentivos considerados ilegais. Próximos alvos serão concessionárias Ford, que importam carros da Argentina pela Bahia, e empresas paulistas que compram produtos da Pró-Cobre, programa baiano de desenvolvimento da mineração e metalúrgica, que conta com incentivos fiscais.

"Vamos atacar inicialmente esses três flancos que estão ameaçando setores importantes da economia paulista", afirmou, ontem, um alto funcionário do governo de São Paulo. "Colocaremos os fiscais nas ruas para notificar estas empresas que estão adquirindo mercadorias com incentivos fiscais ilegais". Ele acrescentou que "as ações serão quase simultâneas". Os técnicos da Coordenação Tributária já redigem o ato de fiscalização que vai orientar estas operações contra benefícios concedidos pelos Gouvernos do Paraná e da Bahia.

Situação crítica

Na opinião do tributarista Ary Oswaldo Mattos Filho, Covas está tentando forçar uma situação para que o governo federal seja obrigado a resolver a questão da briga fiscal entre os estados via reforma tributária.

Na realidade, a decisão de Covas torna mais aguda a guerra fiscal. Para o tributarista, outros estados podem tomar medidas semelhantes contra São Paulo, caso se sintam lesados. Ele crê que o governador poderá até aumentar a arrecadação de São Paulo. "Mas isso vai acabar afetando relações comerciais entre os governos estaduais e pode chegar a uma situação insuportável".

Para Mattos Filho, o único que pode resolver esse impasse é o Presidente Fernando Henrique Cardoso, já que a medida tomada pelo governo paulista é fruto de uma "briga econômica, mas principalmente política".

A estratégia de Covas é punir o contribuinte paulista, com nova cobrança de ICMS e desta forma inviabilizar o negócio no estado concorrente. Por isso, será cobrado em São Paulo o imposto que os governos destes dois estados deixaram de recolher aos cofres do Tesouro, ou devolveram na forma de empréstimos, às indústrias de embalagens de cobre e às importadoras Ford.

"Essas empresas pagaram ICMS de mentira para a Bahia e o Paraná, mas seus clientes vão ter de pagar impostos de verdade em São Paulo", afirmou o funcionário. Segundo a secretaria paulista, os incentivos fiscais da Bahia e do Paraná contrariam a Lei Complementar Federal nº 24, de 1975, que regulamenta cobrança do ICMS e estabelece as ações do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

"A ação que vamos desencadear está amparada no art. 8º desta lei", diz o funcionário. "O descumprimento da lei do ICMS implica ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento recebedor da mercadoria". O governo paulista age com a certeza de que quem compra mercadoria subsidiada "ilegalmente" não poderá aproveitar, na venda ao consumidor, o que já gastou com ICMS no primeiro negócio.

Ricardo Osman e Regina Terraz

BAHIA E ESPÍRITO SANTO REAGEM

A fábrica da Ford, que está sendo construída em Camaçari – BA, e a importação de automóveis pelos portos do Espírito

Santo são duas situações da guerra fiscal que já estão na mira dos técnicos da Secretaria da Fazenda de São Paulo.

O Governo da Bahia reage, porém, às críticas do Governo de São Paulo e justifica a concessão de incentivo fiscal à Ford, que terá dez anos de isenção no pagamento do ICMS pelo acréscimo de R\$3 bilhões na receita do Estado e um crescimento estimado do PIB estadual entre 6% e 7% ao ano. "Se a Ford não se instalasse aqui, aí sim é que nós teríamos prejuízo", afirmou, em Salvador, o Secretário da Indústria e do Comércio, Benito Gama.

"Em função do equilíbrio financeiro do Estado, o governo pode dar-se ao luxo de abrir mão, num primeiro momento, da receita do ICMS para atrair novas empresas", disse o colaborador do Governador Cesár Borges (PFL). Ele destaca que a montadora e as fábricas de peças vão gerar, na Bahia, cinco mil empregos diretos e cerca de 50 mil indiretos. A fábrica deve ser inaugurada no segundo semestre do ano que vem.

Por conta deste projeto da Ford, que é de US\$1,2 bilhão, o Pólo Petroquímico de Camaçari vai vender mais resinas e o setor imobiliário está construindo 12 mil unidades habitacionais na região, informa o governo baiano.

Desconcentração

O Secretário da Fazenda do Espírito Santo, José Carlos da Fonseca Jr. também rebateu em Vitória, a visão do governo paulista. "São Paulo tem obrigação de defender sua economia da competição predatória, mas deve-se compreender, igualmente, o outro lado da moeda: a falta de uma política nacional de desconcentração econômica e de distribuição de riqueza pelas regiões do País."

Fonseca Jr. rebate as críticas ao Fundap, que garante incentivos às importações feitas pelos portos do Espírito Santo. Segundo ele, de 6% a 8% do ICMS pago volta para as empresas importadoras na forma de financiamento, por meio do Banco de Desenvolvimento do Estado.

"É tudo absolutamente legal", garante José Carlos, lembrando que estes incentivos tiveram início na década de 70. "Fomos precursores da guerra fiscal."

Blaggio Talento e R. O.

COVAS VAI À GUERRA

É natural que os estados tentem atrair indústrias para seu território. Com essa estratégia, promove-se o desenvolvimento regional, com aumento do emprego, da renda e da arrecadação. Desde que cada estado assuma a responsabilidade pelos incentivos que oferece, não há motivos para atacar a guerra fiscal. Ao contrário, sem ônus para União ou para bancos estatais como o BNDES, espera-se que o administrador esteja sempre atento às oportunidades de negócios e se antecipe às possíveis ofertas dos outros governantes. Não pode e não deve dormir no ponto, como fez o Rio de Janeiro ao perder a Fiat para Minas Gerais em meados dos anos 70.

Se os estados do Nordeste ficarem aguardando o empurrão da mão invisível do capitalismo, vão levar décadas para alcançar um grau razoável de industrialização. A Bahia, que tem se mostrado bastante agressiva, sabe que sem ampliar a gama de incentivos fiscais dificilmente reduzirá o fosso econômico e social que a separa do Sul do país. Por isso, seu governo abre mão de impostos, oferece infra-estrutura (terreno, energia, estradas) e facilita o crédito. Dessa forma tem obtido êxito e atraiu no ano passado investimentos da Ford, Schincariol e Semp-Toshiba. No momento, o governo baiano está negociando a transferência da Brinquedos Estrela, instalada em São Paulo há 60 anos.

A investida da Bahia tem provocado choro e ranger de dentes. O primeiro a acusar o golpe foi o governador do Rio

Grande do Sul, Olívio Dutra, que, depois de denunciar um acordo firmado com a Ford, viu a montadora ceder ao canto de sereia do seu colega baiano, César Borges. Olívio esperneou, acusou a Ford de fazer exigências descabidas, chegou a falar de uma conspiração do governo federal, mas já era tarde. O governador gaúcho perdeu a disputa e acabou sofrendo censura da Assembleia Legislativa pelo encaminhamento primário que deu à questão, ao não honrar a palavra de seu antecessor.

Quem se apresenta agora no campo de batalha é o Estado de São Paulo. O governador Mário Covas se mostra disposto a resistir ao assédio da Bahia com todas as armas a seu alcance. Prometeu sobretaxar os bens produzidos por empresas beneficiadas por subsídios em outros estados, com o objetivo de anular incentivos dos governos da Bahia e do Paraná para os setores de cobre e embalagens plásticas. Covas ameaça com medidas mais violentas, se necessário.

Não deixa de ser curioso. Como se sabe, São Paulo foi a unidade da Federação que mais se beneficiou com o surto de industrialização dos anos 50 para cá. Com o beneplácito de Juscelino e dos governos militares, a economia paulista chegou a concentrar 50% do Produto Interno Bruto na década de 80. O rio corria para o mar, comemorava-se na Avenida Paulista, enquanto as regiões menos desenvolvidas do país viviam ao deus-dará. Os ventos começam a mudar, esboçam-se os primeiros sinais de descentralização da economia brasileira, e São Paulo, sob o comando de Covas, ameaça se levantar. Como se diz no Nordeste, pau que dá em Chico também dá em Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra a Srª Senadora Emilia Fernandes por vinte minutos.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o tema que abordo hoje é sem dúvida de grande preocupação e importância para o Estado do Rio Grande do Sul.

Ouvia atentamente o Senador que me antecedeu, que fazia um alerta para a importância do desenvolvimento equilibrado, respeitando-se as peculiaridades e o potencial de cada região. Temos a mesma compreensão, desde que se estabeleça neste País um grande projeto nacional de desenvolvimento coordenado pelo Poder Executivo, com a participação dos Estados, dos setores produtivos e de trabalhadores. Além disso, que se busque desenvolver outras regiões do Brasil, sem prejuízo de algumas delas.

Está acontecendo nesta data um grande debate sobre o potencial do Rio Grande do Sul, baseado na agricultura e na pecuária. O Ministro da Agricultura está reunido em nosso Estado com o Governo e com as Lideranças, e esperamos que se concretizem opções para atenção aos 129 Municípios gaúchos em estado de emergência, devido à grande estiagem ocorrida e que continua com previsão de continuidade.

A seca já aponta para a quebra da safra superior a R\$500 milhões, que deixarão de circular na econo-

mia gaúcha, comprometendo 1,9 milhão de toneladas de grãos no Rio Grande do Sul. Diversas culturas foram atingidas, entre elas principalmente o milho com uma quebra de 18,7%; o feijão, 24,7%; a soja, 9,38%, e chega a 10% a redução da lavoura arrozeira. Alguns produtores de milho chegaram a ter 50% a 100% de prejuízo em suas lavouras. A produção de leite igualmente está sendo afetada, como também o prejuízo à pecuária é evidente.

A situação mobilizou prontamente o Governo do Estado, que levou o Governador Olívio Dutra a visitar várias regiões das mais atingidas e adotar medidas concretas de apoio e socorro aos produtores. Foram liberadas imediatamente sementes de milho - na ordem de 560 mil quilos para o replantio -, autorizada uma ajuda financeira de R\$1,5 milhão aos produtores atingidos e houve diversas outras iniciativas operacionais na área de recursos hídricos, com o objetivo de analisar causas e buscar soluções estratégicas para o problema, que atinge inúmeros produtores e famílias gaúchas.

Nesse sentido, o Governo do Estado já encaminhou solicitação de recursos ao Ministério da Integração Nacional, da ordem de R\$7,6 milhões, para a perfuração de poços artesianos em Municípios já visitados. A Defesa Civil está visitando Municípios por Município, constatando a realidade, fazendo um levantamento preciso, e estamos aguardando que esses recursos do Ministério sejam liberados.

Consciente de nossa responsabilidade e da importância da agropecuária para a economia gaúcha, realmente não medo esforços para sensibilizar o Governo Federal. Estive no Ministério da Agricultura na semana passada, fiz gestões junto a outros órgãos governamentais, solicitando ao Governo Federal ações concretas de socorro aos produtores e aos Municípios atingidos, uma vez que, no momento em que a agricultura sofre um impacto, surge um problema em cadeia do ponto de vista econômico e social, refletido diretamente nos Municípios.

Sr. Presidente, a minha região particularmente, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, é uma das mais atingidas, com perdas na produção e morte do gado por falta de água. Além disso, está havendo racionamento de água potável nas cidades. Vejam que há 129 Municípios em estado de emergência, o que não é pouca coisa.

Posso afirmar que a consciência do significado da agropecuária para o Rio Grande do Sul é coletiva: Governo do Estado, entidades representativas dos produtores, dos trabalhadores rurais, instituições municipalistas, parlamentares estaduais e federais estão

todos mobilizados para tentar reduzir os prejuízos e encontrar alguma forma de amparar os agricultores prejudicados por essa grande seca que se abate numa região significativa do Estado.

É importante que se registre a postura positiva e determinada do Ministro da Agricultura, Dr. Pratini de Moraes, que é gaúcho e conhece nossa realidade. Hoje S. Exª encontra-se no Rio Grande do Sul, reunido com a Farsul, com o Governo e lideranças do setor, numa demonstração de boa vontade e compromisso, que precisa transformar-se em soluções concretas que minimizem os prejuízos evidentes na economia gaúcha.

O Governo Federal anunciou algumas medidas, entre as quais a liberação de recursos da ordem de R\$18,5 milhões para a compra de 100 mil toneladas de trigo, que estão nos armazéns dos produtores; a garantia de agilização na liberação dos recursos do seguro agrícola desta safra, o que permitirá a retirada de financiamento para o plantio de feijão e para a safrinha de inverno; e, ainda, a prorrogação por dois anos e direito à tomada de novos financiamentos para os produtores que não se cadastraram no Proagro. Enfim, são medidas válidas que precisam ser complementadas com iniciativas ainda mais decisivas. E é o que esperamos a partir da visita do Ministro Pratini de Moraes ao Estado do Rio Grande do Sul.

Entre as reivindicações ainda sem resposta trazidas ao Governo Federal estão a ampliação dos prazos de pagamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a devolução de R\$17 milhões pagos pelo cheque-seca e a solicitação de repasse ao Estado, por parte da União, de um milhão de toneladas de milho, assim que a colheita no País seja concluída.

Acreditamos que, responsáveis por grande parte da produção nacional, incluindo parcela significativa das exportações brasileiras, os produtores gaúchos merecem essa atenção, não especial, mas justa, por parte das autoridades federais.

Srs e Srs. Senadores, além de abordar essa questão, peço também a atenção especial do Presidente da República para o Rio Grande do Sul. Parece-me que está sendo anunciada a possibilidade de o Presidente Fernando Henrique ir ao Estado neste final de semana para verificar outros assuntos, mas será importante que se estabelecessem medidas concretas a partir da presença do Ministro da Agricultura e do Presidente, porque estamos vendo muito alarde, muitas medidas sendo anunciadas, mas precisamos que elas se viabilizem e que cheguem às portas de nossas fazendas. Precisamos que os créditos e os fi-

nanciamentos que dizem serão facilitados cheguem às mãos do nosso produtor, caso contrário serão mais medidas que ficarão no papel, servindo apenas para alimentar os meios de comunicação, diante da falta de política mais consistente para a nossa agropecuária.

No dia 19, foi apresentado pelo Governo Federal um programa chamado **Brasil Empreendedor Rural**, contendo um conjunto de 15 medidas. Segundo o Governo, o programa tem o objetivo de modernizar os processos de comercialização, armazenagem e seguro agrícola, incentivando a participação da iniciativa privada no setor.

Antes de mais nada, destaco a importância de o Governo assumir de forma transparente que ainda falta muito para a agricultura. Temos ainda que travar um grande diálogo para que se construa uma política agrícola para o País. A meu ver, como também na opinião de produtores gaúchos, essas medidas positivas precisam ter complementação e implementação. Entre as ressaltadas como favoráveis está a relativa ao seguro agrícola, que pode, sem dúvida, resultar numa maior segurança e num estímulo à produção nacional, se realmente for viabilizada – porque é importante que as medidas sejam viabilizadas; não adianta serem muito bonitas numa apresentação.

Além do estímulo às exportações, deve o pacote contemplar de forma estratégica o conjunto da produção agropecuária nacional. Uma correta política de estímulo às exportações não pode deixar de considerar as importações, que, aliás, devem ser tratadas como a outra face da mesma moeda, especialmente nesse mercado globalizado de hoje em que as importações se dão de forma desleal e prejudicial à economia brasileira.

Deveremos ter a coragem de adotar as nossas taxas de importações. O Brasil deveria ter a sua política de importações, como ocorre nos outros países. Os Estados Unidos e a Europa pregam o liberalismo no comércio dos outros países, mas, para si, taxam os principais produtos, inclusive os produtos brasileiros, com elevadíssimas tarifas de importação, para dificultar, para se protegerem e para estimular e valorizar seus produtores. Não fazemos isso e ainda abrimos e jogamos nossos produtos numa concorrência desleal, em nome de uma competitividade que não existe, porque as condições oferecidas não são iguais.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Senadora Emilia Fernandes, escuto com interesse o pronunciamento de V. Ex^a e parabenizo-a por ser representante de um Estado que vive eminentemente da agricultura e da pecuária. Reconhecemos a grande importância do conhecimento que têm os gaúchos, como um todo, na questão da agricultura. A agricultura do Tocantins está basicamente fundamentada em experiências, e os maiores agricultores e produtores rurais do nosso Estado são de origem gaúcha. Deixaram o Rio Grande do Sul e estão ajudando a desenvolver essa nova fronteira, que é o Estado do Tocantins. V. Ex^a trata de um assunto fundamental para o nosso País. É absolutamente inaceitável que estejamos falando sobre as taxas de importação que o Brasil ainda faz na área da agricultura. O fato de o Brasil importar qualquer produto agrícola é realmente uma vergonha, porque, com as dimensões, com as condições climáticas e com todo o potencial que tem o nosso País nas suas diversas Regiões, teríamos, na verdade, de estar exportando e abastecendo o nosso mercado interno, com preços que refletissem essa produção. A nossa grande deficiência, como disse V. Ex^a no início de seu pronunciamento, é a falta de um grande projeto e de um programa de desenvolvimento para a nossa agricultura. Portanto, não deixaria V. Ex^a chegar ao final sem associar a atenção que a população do Estado do Tocantins deve estar prestando nessa voz que se levanta por um grande projeto, por um grande programa nacional que há de contemplar não apenas o Rio Grande do Sul, como bem disse V. Ex^a, mas todas as Regiões do nosso País. Parabenizo V. Ex^a.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Rio Grande do Sul, a despeito das dificuldades que enfrentou e de desequilíbrios regionais, projetou-se no Brasil por sua garra e determinação com relação à agricultura e à pecuária.

Os gaúchos não se contentaram em ficar no Rio Grande do Sul. Extrapolaram as fronteiras e conquistaram outros Estados. Como V. Ex^a mencionou, no Estado do Tocantins a presença dos gaúchos é muito forte.

A grande alternativa deste País, sem dúvida, poderia ser uma agricultura forte. Temos um bom clima, boas terras e gente que sabe produzir. Precisamos fazer com que essas pessoas sejam valorizadas pelos Governos, que não apostam nessa área como a grande geradora dos alimentos, de que tanta gente neste

País precisa. Temos capacidade, inclusive, para alimentar grande parte de nosso planeta.

Como o Brasil não tem taxas de importação, logicamente os outros países projetam-se. Houve uma reunião na Organização Mundial do Comércio, bastante tumultuada e até frustrada, realizada nos Estados Unidos recentemente, e essa situação precisa ser vista com menos ideologia e com mais objetividade.

O velho ditado "amigos, amigos; negócios à parte" poderia ser um ponto de partida para que as nossas autoridades promovesssem uma profunda alteração nas relações com países e organismos internacionais, especialmente com a OMC.

Um país não resiste por muito tempo a essa política de abertura total por um lado e de protecionismo voraz por outro, a não ser que aceite ser reduzido ao papel de fornecedor de matérias-primas baratas, ou seja, de país submisso e colonizado.

Isso, por sua vez, introduz uma outra questão, também presente no programa lançado pelo Governo e que, na minha opinião, pode resultar em graves consequências para o País: o deliberado e claro objetivo de afastar o Estado do financiamento da produção primária.

O temor é pertinente, especialmente se considerarmos que essa visão tem norteado a política econômica do Governo Federal, com desastrosas consequências para a Nação, que assistiu, nos últimos anos, à desnacionalização da maioria de suas grandes indústrias, das suas estatais, da infra-estrutura, dos serviços e de suas fontes de recursos naturais.

Atualmente, tem provocado discussões até mesmo dentro do próprio Governo a possibilidade mais que concreta de a telefonia nacional, em pouco tempo, ter seus centros de decisão transferidos inteiramente para fora do País, longe de qualquer controle público nacional.

No caso da agropecuária, a situação é tanto ou mais grave, porque envolve a segurança alimentar de uma nação e, mais do que isso, a vida de cerca de 150 milhões de pessoas – um fato que, em outros países, é tratado como de segurança nacional.

A política de induzir o financiamento da produção agrícola de exportação para as regras de mercado – o que já ocorre em muitos casos – até pode ser uma decisão correta, embora somente a experiência e especialmente a adoção de medidas suplementares poderão comprová-la.

Por outro lado, submeter outras áreas ou o conjunto da produção agropecuária nacional – por meio da criação da Cédula de Produto Rural, com liquidação financeira – às regras do mercado ou subme-

tê-las ao oligopólio compradores é, no mínimo, uma temeridade.

Segundo a medida, a Cédula de Produto Rural (CPR) é um título que pode ser emitido por produtores rurais e suas cooperativas para a venda antecipada de sua produção, visando obter recursos para o plantio, o que antes ocorria somente com a entrega da mercadoria na data do vencimento.

Tal política de afastamento do Estado no financiamento da agricultura está na contramão do que ocorre nos países desenvolvidos, onde, ao contrário de afastar-se, o Estado cada vez mais se faz presente no setor agropecuário, por meio das mais variadas políticas de apoio, de proteção e, especialmente, de subsídios.

Os Estados Unidos, o Canadá, o Japão e os países da União Européia investiram em 1990 cerca de US\$300 bilhões em subsídios, para dar condições aos seus produtores de enfrentar as novas regras do mercado globalizado. A partir daí, eles estabelecem a sua política, mas com a garantia inicial do Estado, o que não ocorreu e não ocorre em nosso País.

Apenas para se ter uma idéia da dimensão da atual política de investimentos dos países centrais, nos Estados Unidos e nos países da Europa, os subsídios garantem a metade da renda dos produtores rurais, enquanto significam 60% da renda dos canadenses, 65% dos japoneses e 80% na Suíça.

Na raiz dessa situação, está a submissão à política do "façam o que nós, países ricos, dissemos, mas não façam o que nós fazemos", ou seja, à abertura total para os produtos estrangeiros, enquanto os Estados Unidos especialmente aumentam cada vez mais as barreiras e reduzem as cotas para os produtos brasileiros.

Outra medida que contribui para também afastar o Estado de sua função estratégica de financiamento da produção é a redução do IPI para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, pleiteada pelos produtores e não-assumida pelo Governo Federal, e a consequente transferência dessa responsabilidade para o mercado, ou seja, para os bancos, mesmo que, supostamente, a juros menores.

Ocorre que as taxas de juros sinalizadas – de 8,75% para os pequenos e médios produtores e de 10,75% para os grandes produtores – são proibitivas, pois, agregando-se as correções, chegarão a cerca de quase 15% ao ano, o que torna realmente inviável a aquisição ou renovação das máquinas agrícolas, como está proposto nesse programa.

Sr. Presidente, neste momento, não custa lembrar outra questão que tem de ser amplamente discu-

tida, principalmente nesta Casa, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que é o papel e o desempenho do BNDES. Temos de levantar essa discussão. Esse banco existe para viabilizar financiamentos para a produção, para a expansão da nossa agricultura, da nossa indústria. E o que tem feito? Tem sido utilizado como um instrumento das privatizações, drenando recursos nacionais para as grandes empresas estrangeiras, certamente menos necessitadas do que os nossos produtores.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Senadora Emilia Fernandes, o tempo de V. Exª está esgotado.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Encaminho-me para a conclusão, Sr. Presidente, registrando que dados apontam que, só em 1999, o BNDES destinou bilhões de dólares para empresas controladas pelo capital estrangeiro. Creio que esse é um tema que temos de conferir de perto, mas em outro momento.

Quero também lembrar o descaso do Governo Federal com o Programa de Revitalização das Cooperativas (Recoop). O Governo fez uma grande propaganda há praticamente três anos, porém não o implementou até hoje. Sabemos que as cooperativas são uma grande força nacional, pois geram emprego, renda e, acima de tudo, alimentos. É preocupante o silêncio do Governo e a não-liberação de recursos, pois havia o comprometimento de se liberarem recursos da ordem de R\$2 bilhões para a reestruturação e modernização do setor cooperativista. Isso demonstra, claramente, a falta de compromisso do Governo Federal com o cooperativismo, o que é profundamente lamentável.

Na condição de educadora, de professora, Sr. Presidente, entendo que muitas questões discutidas passam pela educação, área que é importante em qualquer processo, seja de desenvolvimento, seja de construção da verdadeira política agrícola do País. Da mesma forma que em outros setores, a competitividade também se constrói com a educação, que tem de ser correta, voltada para a formação do produtor, para o conhecimento da realidade atual, para o gerenciamento das propriedades, para a diversificação e a capacitação plena.

Nesse sentido amplo, tenho abordado a realidade agropecuária do meu Estado e do País, que considero tão estratégica e fundamental ao nosso desenvolvimento, embora ainda insuficientemente valorizada pelas autoridades.

Que a presença do Ministro Pratini de Moraes, hoje, no Rio Grande do Sul e que a ida do Presidente

Fernando Henrique ao Estado no final de semana sirvam não apenas para constatar a realidade do local, mas se efetivem na ampliação de medidas anuncias, na definição de recursos e apoio às cooperativas, principalmente no socorro emergencial aos Municípios e aos produtores atingidos pela estiagem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao eminente Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra à eminente Senadora Heloisa Helena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Nabor Júnior. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, em princípios de 1999, ou mais exatamente em 12 de abril daquele ano, concordei o Governo a tomar providências drásticas para encontrar soluções que salvassem a pecuária do Maranhão, a segunda maior exportadora de carne bovina do Norte e do Nordeste. Com um rebanho de 4 milhões e 200 mil cabeças de gado vacum, gerando 32 mil empregos diretos e 64 mil indiretos, pareceu-me tão grave a situação, que a defini como caso de calamidade que deveria sensibilizar não somente o Governo, mas toda a Nação.

Nesse sentido, enviei apelos ao Ministro da Agricultura e ao Ministro dos Transportes; ao primeiro, para pedir amparo federal para a extirpação da febre aftosa no Maranhão e, ao segundo, para diligenciar a recuperação das rodovias federais, intransitáveis, que prejudicam os negócios da pecuária. Tive, Sr. Presidente, vãs esperanças de que verdadeiras brigadas de salvamento e de recuperação fossem imediatamente deslocadas ao meu Estado, dispostas a vencer os surtos de aftosa já sob controle até mesmo nos territórios limítrofes do Maranhão.

Meus apelos não foram ouvidos. Nada se fez, até agora, em benefício da pecuária maranhense, como se à Nação fosse indiferente à **débâcle** desse segmento da maior importância para a economia do Norte e do Nordeste e, portanto, do País.

A situação agora se agravou para a pecuária daquela região brasileira. Os pecuaristas a definem como desesperadora, em face das últimas normas baixadas pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, em fins de dezembro passado. As severas

restrições para a exportação do boi vivo, situado nas regiões onde ainda não ocorreu a erradicação da febre aftosa, estenderam-se, agora, para as carnes frescas.

A proibição não foi formal, mas sub-reptícia: as exigências para o deslocamento da carne, a serem cumpridas sob o peso burocrático de numerosos documentos, praticamente inviabilizaram os negócios do setor, notadamente no Maranhão, Pará, Tocantins e em Rondônia. Ora, a pecuária desses Estados sobrevive mais com a exportação que com o consumo, e a seqüência de exigências criada pelo Governo torna-a impraticável naqueles Estados.

Se a situação já era difícil pela proibição da exportação do gado em pé, tornou-se agora desesperadora com a sua extensão para a carne com osso e desossada. A carne do Maranhão, no passado, tinha o preço da carne em São Paulo. Hoje, vale 25% menos. Isto também ocorre no Tocantins e nos demais Estados que mencionei. Um desastre, portanto, para nossa economia.

Para se ter uma idéia do astucioso plano imposto à pecuária do Norte e Nordeste – inviabilizando-se a exportação da carne sem proibi-la –, citemos um trecho da Instrução Normativa nº 43, baixada em dezembro último. O seu art. 12 determina que o “ingresso na zona livre de febre aftosa, com vacinação, de carnes frescas de bovinos procedentes de outras Unidades da Federação somente será permitido quando atender integralmente todas as condições” então enumeradas. Isto é, tais carnes liberadas têm de ser obtidas de bovinos que permaneceram pelo menos durante os três meses anteriores ao abate em um Estado, ou em uma região do Estado, que satisfaça as exigências contidas no art. 6º, itens “a” ou “b” ou “c” destas normas.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço o nobre Senador Ramez Tebet, representante do glorioso Estado do Mato Grosso do Sul.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Nobre Senador Edison Lobão, fico muito satisfeito de ver V. Ex^a na tribuna defendendo, com a competência que lhe é peculiar, um setor muito importante da economia brasileira. Se compulsarmos os dados da economia brasileira, no que concerne às nossas exportações, teremos a agropecuária como o setor que mais contribuiu a favor da nossa balança de pagamentos. Portanto, não comprehendo essas restrições, Senador Edison Lobão. Disse V. Ex^a que o Estado do Maranhão, do Tocantins e outros estão proibidos, por portaria ou por

determinação do Ministério da Agricultura, de exportar o gado em pé, e agora até mesmo o gado abatido. No meu Estado, o Mato Grosso do Sul, estamos lutando para liberar a exportação da carne com osso, pois atualmente só pode sair a carne desossada. Queremos apresentar soluções ao Ministro da Agricultura. S. Ex^a tem mostrado boa vontade para resolver o problema, mas, até agora, não solucionou e estamos esperando. V. Ex^a afirma que a pecuária do seu e de outros Estados do Norte e do Nordeste estão tendo um prejuízo de cerca de 25%. O mesmo está ocorrendo com o Mato Grosso do Sul, Estado que possui o maior rebanho bovino do País – são 23 milhões de cabeças. Também o mercado de São Paulo está sendo afetado. Enquanto, em São Paulo, a arroba está entre R\$42 e R\$43, em Mato Grosso do Sul, quando se consegue bom preço, chega a R\$37. Isso está fazendo com que a carne suba de preço ao consumidor paulistano. É preciso encontrar solução: vamos defender o estado sanitário do rebanho brasileiro; vamos atender às determinações internacionais, mas que sejam exigências plausíveis. Quanto ao exame do rebanho, será que não temos capacidade de montar um laboratório? Todo o gado está afetado? Toda o Estado está afetado? No Mato Grosso do Sul, houve um surto, mas de gado vindo do Paraguai, e, por isso, o Estado inteiro está sendo punido. Não só o meu Estado, também regiões de Mato Grosso e de Goiás também estão. Isso é um absurdo! Temos de ter como dizer: “Esse produto é bom. Foi examinado. Passou por exame”. V. Ex^a está defendendo a economia nacional com o seu pronunciamento. Volto a repetir, nobre Senador, que a agropecuária é o setor que, durante o ano de 1999, a exemplo de outros anos, mais tem gerado divisas para o nosso País. Cumprimento e apresento a minha solidariedade a V. Ex^a pelo pronunciamento que faz, aos homens do campo, aos produtores maranhenses, do Norte e do Nordeste do País. V. Ex^a tem nossa procuração, pois vem à tribuna para defender também o Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Por ser extremamente lúcido e bem informado o aparte de V. Ex^a, ele é de extrema contribuição para o pronunciamento que faço em defesa da pecuária do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Brasil.

Senador Ramez Tebet, que o importador, no exterior, procurando defender a sua produção interna, atribua ao produto brasileiro dificuldades dessa natureza, do ponto de vista da balança comercial internacional, até se comprehende. Mas que isso seja feito dentro do próprio País, é um descalabro.

Qual providência deveria ser tomada pelo Ministério da Agricultura antes de baixar essas portarias? Promover a vacinação do rebanho, esse o seu papel. Ora, vacinado o rebanho, como tem sido ou como está sendo, não há mais por que estabelecer tais restrições.

V. Ex^a, eu, o Senador Lúdio Coelho, que agora preside esta sessão, e o Senador Eduardo Siqueira Campos somos homens ligados ao campo e sabemos que a carne, ainda que proveniente de animal infectado, submetida a baixas temperaturas, como ocorre durante seu transporte, não gera problemas. Portanto, não há razão para essa política – a meu ver suicida, do ponto de vista econômico – que está sendo adotada no País.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Senador Edison Lobão, também aproveito a oportunidade para parabenizá-lo, principalmente porque aborda esse aspecto do grande jogo de interesse da economia mundial, sistemas que cada país adota para proteger o seu produto interno e também as suas relações de balança comercial. V. Ex^a é preciso quando diz que é necessário haver sensibilidade de nossas autoridades, para não cairmos no jogo que vem ocorrendo com o nosso aço, com a nossa laranja, com a nossa soja. Já temos – ou tínhamos – alguns adversários naturais: a dificuldade para o transporte e a dificuldade para a aquisição dos insumos. Entretanto, V. Ex^a apresenta e sinaliza muito bem a criação de novas condições: a Ferrovia Norte-Sul, a Hidrovia Araguaia-Tocantins e o Porto de Itaqui, no Maranhão, que aproximaram e encurtaram as nossas distâncias. Na hora em que estamos vencendo dificuldades internas, não podemos cair nesse jogo, que é o mais novo empecilho criado. Todos sabem da qualidade da nossa carne e da aceitação do nosso produto, mas o mercado internacional tem criado barreiras. Os técnicos, principalmente do Ministério da Agricultura, estão impondo condições rígidas – que concordamos em adotar – no Tocantins, no Maranhão e no Mato Grosso do Sul para provermos melhores condições sanitárias aos nossos produtos. Entretanto, mais do que isso, essa burocacia e as imposições impraticáveis condenam o nosso produtor ao abandono e a condições insuficientes para subsistir nesse grande mercado. Portanto, parabenizo V. Ex^a e – em nome da Bancada do Estado do Tocantins, representada nesta Casa pelos Senadores Carlos Patrocínio e

Leomar Quintanilha e por mim – associo-me às suas preocupações. É de grande importância a atenção que V. Ex^a chama das autoridades nacionais, especialmente do Ministério da Agricultura, para que não caiamos nesse jogo de obstáculos e numa burocacia que estão prejudicando nossos Estados. Parabéns.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – A solidariedade de V. Ex^a, de toda a Bancada do Estado do Tocantins é muito importante. Senador Eduardo Siqueira Campos, com as Ferrovias Norte-Sul e dos Carajás, com o Porto de Itaqui e agora com essa via extraordinária do Araguaia, estamos, cada vez mais, criando condições especialíssimas para exportar nossos produtos.

Há um relatório – chamo a atenção do Senador Ramez Tebet para isso – do Departamento de Indústria e Agricultura dos Estados Unidos segundo o qual o Brasil nunca competiria com aquele país na exportação de soja. Explicava, até coerentemente, que o Brasil, embora possuísse terras extraordinárias e até agricultores muito bem qualificados em termos de conhecimentos técnicos, não possuía portos de custo baixo e, muito menos, uma boa ferrovia para escoar a produção. Pois bem. Agora já temos o Porto de São Luís, que é o melhor do Brasil, um dos mais baratos do mundo; temos a ferrovia Norte-Sul, extraordinária, e a Ferrovia dos Carajás. Estamos em condições, portanto, de competir, em matéria de preço, porque qualidade para exportação a nossa soja tem.

Mas não é só a soja. Também, quanto aos produtos da pecuária, estamos em perfeitas condições de competir. Ora, se chegamos a esse estágio, como bem acentua o Senador Eduardo Siqueira Campos, não podemos agora destruir tudo por conta de portarias mal concebidas, como essa, que infelicitamente a vida dos produtores rurais, dos pecuaristas do meu Estado, de Tocantins, Pará, Rondônia e Mato Grosso. E, como disse aqui o Senador Ramez Tebet, Mato Grosso do Sul possui um rebanho de 23 milhões de cabeças.

Ora, aí está a economia brasileira pulsando, precisando de ajuda, de incentivo, de compreensão, e não de quem a puxa para trás.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Concede-me V. Ex^a outro aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço outra vez o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Por gentileza de V. Ex^a, porque o tempo é curto e é o segundo aparte que faço.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Com muito prazer, Exceléncia.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Apenas para lembrar que o Estado do Mato Grosso do Sul faz fronteira com o Paraguai. O surto no Município de Naviraí, está mais do que comprovado, originou-se de um contrabando de gado do Paraguai para esse município. Saiba V. Ex^a que o Paraguai é considerado um país livre da febre aftosa, e o Brasil não. Como é que pode? Essa é uma questão de mercado; é uma restrição que se faz ao Brasil, sem dúvida alguma; é a concorrência. É muito simples, basta examinar o rebanho. Imagine V. Ex^a como está a classe produtora no seu, no meu e em outros Estados. Em São Paulo, a arroba custa R\$42,00 e encareceu por nossa causa. Faltou o produto.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E, em nossos Estados, caiu o preço.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Trata-se de um grande faz-de-conta. Soube, não posso provar, que está saindo carne do meu Estado com a emissão de nota para o Rio de Janeiro. Para o Rio de Janeiro, pode; para São Paulo, não. O gado fica no meio do caminho. Isso é um absurdo. O pronunciamento de V. Ex^a é procedente. Cumprimento-o porque, ao abordar o assunto, está defendendo, repito, a economia nacional.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Até compreendemos que os nossos competidores externos procedam de tal modo, mas, que o Ministério da Agricultura faça o mesmo, não conseguimos compreender. Não diria que se trata de sabotagem porque o Ministro Pratini de Moraes é realmente um brasileiro de grande patriotismo e espírito público. Mas creio que S. Ex^a está sendo ludibriado por técnicos do seu Ministério, ao baixar uma portaria dessa natureza.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço também o Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Senador Edison Lobão, não poderia deixar de congratular-me com V. Ex^a por abordar tema de interesse sobretudo das nossas regiões do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste também. Estamos sofrendo as mesmas restrições que o Maranhão; estamos na mesma margem de risco absoluto. Isso significa que o nosso produtor rural sofreu até agora uma redução de 25%, que poderá subir até 30% ou 40% do valor de comercialização da carne em outros Estados, tomando-se como referência São Paulo. Por outro lado, veja, V.

Ex^a, que, do ponto de vista da sanidade animal, a carne desossada não transfere, não carrega o vírus eventual da aftosa. Então, essa é uma norma desnecessária, rigorosa, visando nos excluir do comércio nacional. E o que ocorre? O prejuízo dos nossos Estados: na produção, o desestímulo; na arrecadação, a diminuição do produto. E, consequentemente, cada vez mais acentuam-se as diferenças regionais. É preciso levantar esta bandeira de V. Ex^a, que é, sobretudo, a bandeira da igualdade dos Estados federais. Essa bandeira interessa às nossas regiões, sim, mas sobretudo ao País. Ou vamos enriquecer gerando riqueza como um todo, emprego e renda, ou, cada vez mais, vamos acentuando a pobreza, a miséria e as desigualdades regionais. Portanto, não poderia deixar de parabenizar V. Ex^a por ferir essa questão. Peço, suplico às autoridades competentes que olhem com maior racionalidade a questão, principalmente que não proíbam a comercialização da carne desossada, como está sendo feito nesse momento. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Veja o Senado da República a importância desta questão. Um Senador do tamanho cultural, do espírito público do Senador Amir Lando chega a suplicar às autoridades brasileiras que olhem de modo diferente essa questão, fundamental para o Brasil.

Ora, se criamos internamente tais restrições, imagine o que se vai fazer lá fora com o sinete de um Ministro de Estado brasileiro, que é o Ministro da Agricultura. O que vão dizer os nossos competidores internacionais? Pois se as próprias autoridades brasileiras consideram assim o seu produto, de que modo diferente podem eles considerar o nosso produto lá fora? Devemos ter consciência do momento que está sendo vivido pelo Brasil nesta matéria.

Ainda há pouco estava nesta tribuna a Senadora Emilia Fernandes, dizendo das excelências da agricultura do Rio Grande do Sul, que exportou tecnologia para muitos Estados, inclusive para o meu e para o de V. Ex^a, Senador Amir Lando. Essa agricultura é o caminho, junto com a pecuária, para o êxito econômico do Brasil moderno também.

Não podemos ficar mergulhados no setor dos serviços e um pouco na indústria – é importante sim, mas a agricultura e a pecuária são fundamentais para a solidez da economia brasileira.

Sr. Presidente, registro aqui, portanto, o meu protesto contra o descaso com que tem sido tratada a pecuária do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste brasileiro. Comete-se uma omissão de gravíssimas consequências para o País, pois se deixa consciente-

mente à míngua, como um condenado, um setor que tantas esperanças e tantas expectativas oferecia para a economia do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Sr^rs Senadores, volto à tribuna desta Casa para somar meu protesto ao de milhares de agentes de viagem de todo o País. Diversos Deputados Federais também usaram a tribuna da Câmara dos Deputados para referendar o absurdo que algumas empresas aéreas nacionais e a maioria das estrangeiras que atuam no País estão cometendo, na medida em que estão reduzindo as comissões dos agentes de viagem em 33%, por meio de um ato traiçoeiro e inaceitável, porque se trata de uma quebra de contrato, merecendo, portanto, o nosso repúdio. Vejam que o percentual de 33% representa muito, pois a comissão não chega aos 9%.

Na semana passada, ocupei a tribuna desta Casa para, juntamente com outros Senadores e Deputados, denunciar esse fato. Aqui estou novamente defendendo essa bandeira e vou fazê-lo nesta tarde lendo um documento produzido por todas as entidades que representam os interesses dos agentes de viagem e do **trading** do turismo no Brasil.

O documento vem subscrito pela Associação Brasileira dos Agentes de Viagem (Abav), pela Federação Nacional do Turismo (Fenactur), pela Aviesp, pela Favecc; pela Braztoa e pela Cntur.

Nos termos do Regimento, peço a transcrição nos Anais da Casa do documento, que passo a ler:

"AGÊNCIAS DE VIAGENS DENUNCIAM CARTEL"

Todas as entidades representativas das agências de viagens brasileiras, em reunião realizada dia 18-1-00, em São Paulo, avaliaram os impactos econômicos e sociais da decisão anunciada na semana passada por diversas companhias aéreas estrangeiras e nacionais que, em menos de 72 horas, decidiram reduzir em 33% a remuneração dos profissionais do setor.

Alegando dificuldades administrativas, tributárias, financeiras ou, simplesmente, enviando comunicados apócrifos, via fax,

três das quatro companhias aéreas de bandeira nacional: Varig, em 13-1-00 e Tam, em 14-1-00, secundadas pela Transbrasil, em 18-1-00 – ainda não oficializado, surpreenderam os agentes de viagens brasileiros, aderindo a mesma postura das três empresas norte-americanas que iniciaram esse drástico processo de corte em vários países da América do Sul. Pela ordem: American Airlines, em 10-1-00, United Airlines, em 13-1-00 e Continental, também em 13-1-00.

Os agentes de viagens brasileiros, que respondem por 85% da produção aérea do País, decidiram, por unanimidade, contestar hoje na justiça e junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, o abuso do poder econômico e a formação de cartel praticados pelas empresas aéreas.

As agências de viagens brasileiras denunciam ainda que a quebra unilateral de contrato, que prevê a significativa redução da sua remuneração para 6% e 7%, pagos pelas empresas aeroviárias aos agentes de viagens pelos serviços profissionais de pesquisa tarifária e emissão de bilhetes aéreos internacionais e nacionais prestados ao consumidor final, ocasionará um grande desemprego no Brasil; uma vez que 52 setores da economia sofrerão os impactos negativos gerados pela medida.

Com base nas estimativas da Subcomissão de Turismo da Câmara Federal, presidida pelo Deputado João Pizzolatti, a crise do desemprego no Brasil será agravada, podendo resultar na redução de 46 mil postos de trabalhos diretos e 416 mil indiretos. As entidades representativas dos diversos segmentos que compõem o setor, Abav Nacional, Aviesp, Braztoa, Cntur, Favecc, Fenactur E Sindetur, reúnem mais de 12 mil empresas empregadoras, das quais 92% são pequenas e médias, com faturamento médio de R\$100 mil/mês cada.

Conforme estudos atuariais divulgados em 1997, no XXV Congresso Brasileiro das Agências de Viagens, no Rio de Janeiro, na média, dos 9% da comissão paga pelas companhias aéreas às agências de viagens no país, a título de remuneração ajustada entre as partes, sobram apenas 1,78% como lucro e margem para reinvestimentos em tecnologia e capacitação profissional. A

tentativa de reduzir a remuneração para 6% e 7%, na prática, inviabilizará as próprias metas traçadas pelo Governo Federal, que considera indispensável e prioritário o desenvolvimento da atividade turística nacional e também considera estratégica no processo de retomada do crescimento econômico brasileiro. Aliás, de acordo com a própria Organização Mundial do Turismo – OMT, de cada onze integrantes da população economicamente ativa no Brasil, um atua em atividade ligada à Indústria do Turismo, alicerçada na rede de distribuição constituída pelas agências de viagens.

Neste cenário, os agentes de viagens brasileiros decidiram abolir o conceito de parceria até hoje existente nas relações com as companhias aéreas e tratá-las como meros fornecedores, reforçando como conceito oficial da categoria a defesa e parceria incondicional com o consumidor final.

Além das consequências negativas causadas pelo aumento do desemprego, os brasileiros, usuários do transporte aéreo, correm o risco de sofrer também outros efeitos negativos diretos, que poderão ser causados pelo desequilíbrio econômico e financeiro imposto às agências de viagens. Ou seja, a ausência de rentabilidade mínima para as agências de viagens poderá vir a comprometer, por exemplo, o recolhimento prévio das taxas de embarque – um serviço gratuito prestado pelos profissionais do setor aos consumidores que, se for suspenso ou reduzido, acarretará um verdadeiro caos nos aeroportos brasileiros, resultando em atraso para os passageiros.

Os agentes de viagens brasileiros decidiram ainda fortalecer a venda das companhias aéreas que não aderiram à quebra de contrato, dando prioridade à VASP e às demais empresas aéreas estrangeiras com atuação no mercado brasileiro.”

Esse é o primeiro documento, Sr. Presidente, que gostaria de ver transscrito nos Anais. Gostaria de mostrar outro, para fazer justiça à única empresa brasileira que não aderiu a esse desatino: a Vasp, também subscrito por todas as entidades por mim relacionadas no início e dirigido a todas as presidências das Abavs, dos Sindicatos e das diretorias da Favecc, Braztoa e Aviesp.

Diz a carta:

Queremos registrar, oficialmente, e enaltecer o apoio e a solidariedade da Vasp aos Agentes de Viagens.

A Vasp – apesar de toda insistente e forte pressão das demais companhias aéreas – está mantendo firme e forte sua posição de companhia aérea dos Agentes de Viagens: não vai reduzir nossa justa remuneração garantindo, assim, nossa capacidade de assegurar qualidade de serviços e principalmente emprego. É nosso dever corresponder e retribuir esse apoio, concentrando todo nosso esforço, capacidade e força de vendas, nesta que é a “Nossa” cia. aérea: Vasp.

Contamos com Vocês. Vamos incentivar as vendas Vasp”.

Assinam o documento os presidentes das entidades relacionadas.

Como Senador e modesto empresário do ramo de turismo, faço a mesma recomendação a todos os agentes de viagem do Brasil: vamos boicotar quem nos boicota, vamos prestigiar a VASP, que tem sido verdadeiramente parceira dos agentes de viagem e vamos repudiar aquelas que, lideradas por empresas estrangeiras, levam as empresas nacionais a promover esse desatino.

Dando prosseguimento, Sr. Presidente, a um posicionamento que tomei dias atrás, quando, desta tribuna, comentando o mesmo assunto, disse que apresentaria à Mesa do Senado vários requerimentos, o que me cumpre fazer é levantar a vida dessas empresas junto aos organismos do Governo brasileiro; ver se essas empresas, nacionais ou estrangeiras, estão efetivamente cumprindo com as obrigações assumidas nesse acordo de cooperação; ver, por exemplo, se as empresas nacionais citadas estão pagando criteriosamente as suas obrigações com a Previdência Social – e digo isso porque tenho notícia de que não estão.

Tenho em mão cópia de uma reportagem, publicada pela revista *Veja*, que nos dá conta que estão entre os maiores devedores da Previdência Social brasileira exatamente as companhias aéreas que cito: Transbrasil e Varig.

Então, Sr. Presidente, é preciso fazer a seguinte colocação: se as atitudes tomadas pelas empresas são no sentido de que elas equilibrem as suas contas, vejamos primeiramente se elas cumprem as suas obrigações para com o Governo.

Nesse sentido, apresento à Mesa, neste momento, requerimento dirigido ao Ministério da Defesa

para que a Infraero informe qual é o débito das companhias aéreas, nacionais e internacionais, em operação no País, débito este relativo ao repasse das taxas de embarque e demais taxas aeroportuárias. Tenho conhecimento de que essas empresas aéreas recebem do passageiro a taxa de embarque e não a repassam para a Infraero. Ainda mais: qual o valor pago pelas companhias aéreas em operação no País a título de aluguel, arrendamento ou decorrente de cessão para uso de guichês de atendimento, escritórios, hangares, depósitos etc. nos aeroportos brasileiros? E saber se referidas locações, arrendamentos ou simples cessões são cobertas por contrato e se foram precedidas da necessária licitação pública.

Igualmente estou requerendo ao Ministério da Fazenda que solicite à Caixa Econômica Federal informações sobre se as companhias aéreas citadas estão cumprindo sua obrigação de pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Requeiro, ainda, informações ao Ministério da Previdência e Assistência Social sobre se essas companhias estão cumprindo suas responsabilidades com relação à Previdência Social. Finalmente, solicito ao Ministério da Defesa que indague ao Departamento de Aviação Civil – DAC qual o número de bilhetes cedidos a título de serviço e cortesia ou outros, não remunerados, a cidadãos requisitados pelo DAC ou pela Infraero, com a respectiva relação nominal e os trechos utilizados nos últimos cinco anos.

Assim, Sr. Presidente, fica, mais uma vez, aqui, registrado o meu mais veemente protesto em nome desse segmento que representa hoje uma das alavancas do desenvolvimento deste País; segmento que, inclusive, corre o risco de gerar um desemprego em massa face à irresponsabilidade das empresas aéreas citadas, as quais, rompendo com seus contratos unilateralmente, deixam o lado mais fraco à mercê da própria sorte.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex.^a será atendido na forma do Regimento.

Durante o Discurso do Sr. Moreira Mendes, o Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra à Sr^a Senadora Marina Silva, por vinte minutos.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, quero me re-

ferir, nesta tarde, a um episódio ocorrido antes do nosso breve recesso parlamentar, qual seja, a quase votação da medida provisória que instituía mudanças, através do projeto de conversão apresentado, no Código Florestal Brasileiro.

Por considerar o assunto de grande relevância e em função dos debates que se processam neste momento quer na Câmara Técnica do Conama, quer na Comissão incumbida de proferir parecer sobre a medida provisória, onde, inclusive, já há uma audiência pública acordada com o Presidente da Comissão, Senador Jonas Pinheiro, é que retorno a essa discussão a fim de ensejar o debate, com o destaque que merece, sobre as modificações que deverão ser realizadas no Código Florestal.

O instituto das medidas provisórias tem sido justamente criticado até por parlamentares da base do Governo. Além de seu caráter antidemocrático, da intrusão do Poder Executivo sobre o Legislativo e até dos prejuízos que causam ao corroborar as constantes convocações extraordinárias do Congresso, as medidas provisórias, na maioria das vezes, atropelam o debate sobre temas fundamentais para o País.

Mas estamos vivendo o raro privilégio de acompanhar, talvez em primeira mão, um amplo debate democrático sobre uma medida provisória. Em novembro do ano passado, soubemos, na hora do almoço, que, da pauta do Congresso, constava um projeto de conversão de medida provisória em lei que praticamente acabava com o instituto da reserva legal das propriedades rurais e, ainda, propunha uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os infratores à Lei nº 4.771, de 1965, conhecida como Código Florestal Brasileiro.

Nesse particular, a medida provisória sob exame foi, inclusive, motivo de intenso debate e, certamente, apesar de se dar uma grande ênfase à diminuição da capacidade de o Estado determinar reservas legais, a idéia de anistiar todos os infratores do antigo Código Florestal, ora em modificação, teve um destaque significativo na mídia.

Junto com algumas ONGs (Rede Mata Atlântica, Inesc, ISA etc.), com apoio do Ministério do Meio Ambiente – e é bom que se frise que houve uma participação dessa pasta, por meio do seu Secretário-Executivo e do próprio Ministro Sarney Filho, da Dr.^a Mary Helena Allegretti – e, enfim, dos órgãos ligados ao próprio Ibama, que tiveram participação na articulação dessa discussão com os Parlamentares, no caso, eu, os Deputados Fernando Gabeira, Luciano Pizzatto e outros que, independentemente de siglas partidárias, têm, de alguma forma, identificação com

a questão ambiental, bem como com a compreensão de Líderes do Governo, conseguimos evitar a votação e fazer com que o Projeto voltasse à Comissão Mista encarregada de apreciar a matéria.

Na Comissão, com os Deputados Fernando Gabeira, Luciano Pizzatto e Ronaldo Gonçalves, conseguimos convencer o Relator, Deputado Moacir Micheletto, e o Presidente, Senador Jonas Pinheiro, da conveniência do adiamento, por uma semana, da votação do Projeto. Embora eu estivesse impossibilitada de comparecer pessoalmente à reunião da Comissão, nosso Líder na Câmara, Deputado José Genoíno, juntamente com os Deputados que já mencionei anteriormente, convenceram toda a Comissão a abrir a discussão, prorrogando até março o prazo para que o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, por meio de sua Câmara Técnica sobre o Código Florestal, apresentasse uma proposta de consenso, a qual todos os segmentos interessados pudessem apoiar.

É evidente que nada disso seria possível se não fosse o vigoroso movimento que a sociedade, os cientistas e as ONGs fizeram, demonstrando a repercussão catastrófica que uma resolução açodada poderia ensejar. É claro que contamos também com o apoio da imprensa, que divulgou maciçamente os episódios referentes às mudanças casuísticas no Código Florestal, pelas quais o art. 44 recebia quase 70 emendas, transformando o antigo Código num verdadeiro Frankenstein.

Recentemente, tivemos uma notícia muito boa: a Câmara Técnica do Conama apresentou sua primeira versão de medida provisória, que já conta com a concordância do Relator, Deputado Micheletto, em 70% de seu conteúdo. Sobre os 30%, com certeza teremos um bom debate e um bom combate. Porém, espero que possamos, de forma civilizada e atentos para os problemas ambientais do nosso País, resolver essas divergências para o bem do andamento dos trabalhos.

Essa Câmara Técnica, sob a coordenação do Ministro do Meio Ambiente, conta com a participação da Confederação Nacional da Agricultura e da Indústria, da Associação Nacional dos Municípios e de agências estaduais de meio ambiente, além de ONGs e de Governos estaduais. Mas esse é apenas o primeiro rascunho que estará disponível na Internet e ainda será discutido em cinco audiências públicas nas cinco regiões do País, a partir de fevereiro. Portanto, a Câmara Técnica do Conama está no caminho para um consenso satisfatório para todos os segmentos interessados.

Sr. Presidente, faremos também uma audiência pública, essa sob a responsabilidade da Comissão, que tem como incumbência proferir parecer sob o projeto de conversão. O Senador Jonas Pinheiro já está em contato com o meu gabinete, e estamos organizando, por intermédio de nossas assessorias, essa audiência pública.

No próximo dia 2 de março, cumprindo acordo feito com o Senador Jonas Pinheiro e o Deputado Moacir Micheletto, já está confirmada a realização de uma sessão extraordinária do Conama, quando será finalmente aprovada uma nova versão para a Medida Provisória 1.956/44. Só então a proposta será encaminhada à Comissão Mista para aprovação. O Deputado Moacir Micheletto anunciou também a realização de uma audiência pública na Comissão para debater a matéria.

Alguém poderia dizer: não seria muita conversa para uma medida provisória? O que está em jogo é um desafio que exige responsabilidade de todos nós. O nosso País possui uma vocação agrícola indiscutível e, ao mesmo tempo, um patrimônio natural inegável. Como combinar o desenvolvimento agrícola com a conservação de um patrimônio que deve servir a esta e as futuras gerações? Como garantir uma agricultura voltada para a segurança alimentar, geração de renda e emprego e ao mesmo tempo conservar a nossa biodiversidade, utilizando-a racionalmente?

Quando essa medida provisória foi lançada em 1996, aumentava indiscriminadamente a reserva legal na Amazônia em 80% da propriedade rural em área com fitofisionomia de floresta. Na época manifestamo-nos criticamente, porque medidas de caráter genérico, com toda diversidade de sustentação na Amazônia e ainda com a dificuldade na fiscalização, poderiam provocar impacto ainda maior.

Quanto a esse aspecto, gostaria de fazer uma observação. A medida provisória, como foi apresentada, fez um reagrupamento dos setores conservadores, com posições contrárias à preservação do meio ambiente, e, da forma como ela estava colocada, não trazia uma grande contribuição. Até porque, como o Ibama não tem instrumentos de fiscalização e controle, levou o estímulo a uma espécie de ação clandestina e à ilegalidade generalizada, o que foi motivo de debate, visando o seu aperfeiçoamento. Nas edições seguintes, algumas alterações foram feitas. A principal delas refere-se à exceção para propriedades com menos de 100 hectares, atendendo às áreas de assentamento, como é o caso dos vários projetos de assentamento que temos em toda a Amazônia. Para as propriedades de até 100 hectares, não se fariam ne-

cessárias essas exigências, até porque, em se tratando de pequenas propriedades, o impacto ambiental é bem menor. O impacto social é claro que é maior, na medida em que essas populações, na maioria das vezes, não têm como pagar as multas e não podem ficar privadas de colocar as suas roças de subsistência.

Na verdade, a iniciativa mais adequada seria trabalhar com o zoneamento ecológico-econômico no âmbito de cada Estado, como também no plano regional e nacional. Diga-se de passagem que o zoneamento ecológico-econômico já está sendo realizado no meu Estado com uma primeira versão, já concluída. Trata-se de uma das peças mais atualizadas, em termos de zoneamento ecológico-econômico, desde os 10 anos de promulgação da Constituição de 1988, em que se tornou essa peça fundamental para o desenvolvimento econômico dos Estados que queiram fazer o seu desenvolvimento baseado na variável da sustentabilidade.

O Acre acaba de concluir essa versão e, com certeza, servirá de exemplo e modelo para vários Estados da Amazônia. Nesse caso, as áreas em toda a Amazônia, por exemplo, seriam conservadas ou utilizadas nas dimensões definidas segundo sua vocação, de acordo com observações técnicas e o interesse público expresso no zoneamento.

É bom que se diga que o zoneamento não é apenas uma peça técnica; ele também é uma peça em que se inscrevem o caráter social, cultural, as relações políticas das comunidades que manejam esses recursos. Portanto, o resultado do zoneamento, talvez como processo de discussão, de debate, de pactuar-se uma proposta de desenvolvimento seja mais importante do que a peça no seu resultado final.

Realizamos reuniões com comunidades de extativistas, de madeireiros, de pecuaristas, formando uma química social voltada para o interesse do desenvolvimento do nosso Estado, que, com certeza, se Deus quiser, trará uma grande contribuição para o desenvolvimento da Amazônia.

Esse já é um dos avanços da proposta que vem sendo discutida pela Câmara Técnica do Conama, ou seja, as dimensões da reserva legal em cada região do País poderiam variar não de acordo com porcentagens arbitrárias, mas de acordo com o planejamento participativo feito a partir do zoneamento. É claro que isso só poderia ser feito onde houvesse zoneamento com metodologia compatível.

Outras propostas constantes do relatório do Deputado Moacir Micheletto estão sendo definidas pela Câmara Técnica. Certamente, no momento adequado, estaremos debatendo essas propostas tanto na

Comissão Mista da Medida Provisória quanto em audiência pública já anunciada pelo Deputado Moacir Micheletto e pelo Senador Jonas Pinheiro.

De sorte que considero oportuno o momento para estarmos debatendo esta questão. Muito embora o Código Florestal careça de mudanças, não seriam necessariamente no rumo em que estavam sendo tomadas no Projeto de Convenção, que quase foi aprovado em uma sessão do Congresso Nacional no apagar das luzes do período legislativo.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a, meu vizinho do Estado de Rondônia, com prazer.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senadora Marina Silva, V. Ex^a traz hoje a esta Casa uma matéria da maior importância, sobretudo para a nossa Região, a Região Norte. Os Estados que compõem a região Norte são sempre os vilões da história do desflorestamento, da falta do senso de conservação e de preservação do meio ambiente. Fala-se muito sobre a Lei de Zoneamento. Em vista disso, aproveito para dizer, além de parabenizá-la pelo discurso proferido nesta tarde, que o Estado de Rondônia saiu na frente em relação a essa questão. Estamos com a nossa Lei de Zoneamento praticamente pronta, depois de quase oito anos de árduo trabalho que envolveu toda a comunidade do Estado, toda a comunidade científica e técnicos do mais alto nível. Uma enorme quantia em dinheiro foi despendida nesse sentido, foram realizadas, por fim, as últimas audiências públicas objetivando fechar toda a questão e, numa data próxima, talvez em março, na reabertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, o Poder Executivo estará enviando ao Poder Legislativo a nossa Lei de Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Concordo plenamente com o que disse V. Ex^a a respeito dessa questão da reserva florestal obrigatória, ou seja, que ela deve ser tratada muito mais em razão da Lei de Zoneamento de cada Estado, que saberá resolver seu problema e equacioná-lo segundo suas características. Portanto, estou de acordo com o seu posicionamento e faço esse registro em homenagem sobretudo ao meu Estado, que saiu na frente no que tange a essa questão.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Moreira Mendes, e penso que a nossa contribuição, enquanto Senadores, se refere a estimular e incentivar os nossos governantes para que, no âmbito dos nossos Estados, esse zoneamento possa ser uma peça viva, não havendo uma conformação – na hipótese de ter sido feito o zoneamento, alegar-se que a lei seria mórbida, não tendo

acompanhado a dinâmica do processo social e econômico. Essa lei é viva e faz parte de um processo de conciliar as melhores formas de praticar o desenvolvimento econômico e social dos nossos Estados.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Permite V. Ex^e um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^e com prazer.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Nobre Senadora Marina Silva, agrada-me sobremodo participar, com V. Ex^e e com aqueles que se interessam por esse assunto, dessa discussão, trazida em bom momento nesta tarde de segunda-feira ao Senado Federal. Talvez não haja nada mais importante do que o zoneamento agroecológico que cada Estado deveria realizar como forma de orientar, de balizar o seu desenvolvimento sustentado. Talvez os Estados da região que representamos, Região Norte – V. Ex^e é do Acre, o nobre Senador Moreira Mendes, de Rondônia, que também comenta com visível alegria a já realização por seu Estado desse levantamento, desse exame, dessa análise, que vai permitir a todos quantos queiram explorar o potencial agroeconômico que existe nessa região a observação à preservação ambiental, ao respeito ao ambiente em que o homem vive. Observando esses parâmetros, certamente temos saído na frente e levado alguma vantagem nesse sentido, porque outros Estados, ao estabelecer seu processo de desenvolvimento de uma forma açodada, mais apressada, até então despreocupada, uma vez que o apelo ambiental não era tão forte como o de hoje, devastaram as suas matas e criaram problemas para as suas nascentes, para os seus rios e certamente danificaram, e muito, o meio em que vive o ser humano, diferentemente do que efetivamente vai acontecer nos Estados da Região Norte, que estão tendo essa preocupação. É com alegria que informo a V. Ex.^a e aos colegas que participam dessa discussão nesta tarde no Senado que o Tocantins também já realizou o seu levantamento agroecológico. Foi um trabalho profundo, feito com a contribuição da Embrapa e pôde oferecer ao Tocantins e àqueles que querem participar desse extraordinário momento, que aquele Estado está vivendo no estabelecimento do seu processo de desenvolvimento sob a condução firme, serena e competente do Governador Siqueira Campos. Temos uma peça que nos permite verificar quais são as restrições ao uso da terra, quais são as possibilidades de aproveitamento do uso do nosso potencial, uma vez que o Tocantins, de forma muito interessante, tem no seu território um fenômeno que poucos Estados têm, que é o encontro de três ecó-

tonos diferentes. Temos ali o Pantanal Mato-grossense, a Floresta Amazônica e o semi-árido do Nordeste, cada qual com a sua peculiaridade, gritando, a viva voz, a cada um de nós que ali vivemos, que querem sobreviver. Os ecótonos com a riqueza de sua fauna e flora querem sobreviver até para contribuir com a sobrevivência do homem. De forma que, fico feliz em saber que o Acre e Rondônia estão em estágio avançado e o Tocantins realizou e espero que todos os Estados da Região Norte possam dar exemplo às regiões que têm uma concentração maior de riqueza e de recursos e para que possam observar e quem sabe estabelecer um processo de recuperar suas riquezas naturais tão importantes para a vida do homem.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex.^a, Senador Leomar Quintanilha e o incorpoço a meu pronunciamento. Digo que os Estados desenvolvidos do nosso País, nessa nomenclatura “desenvolvido”, têm algo a ser questionado, até porque, com todo o respeito e carinho que tenho pelo povo de São Paulo, pela cidade mais desenvolvida do nosso País, em relação a nós que moramos na periferia, a mim, quando era criança, sempre que tínhamos algum problema, colocávamos todas as nossas esperanças em São Paulo. Eu pensava: “Bem, tudo o que não sabemos fazer aqui, em São Paulo, eles sabem fazer.” Era assim que era a mentalidade do seringueiro e assim que foi a mentalidade de boa parte de nós que vivíamos nos Estados “menos desenvolvidos”.

Hoje, quando saímos do aeroporto de São Paulo, passando à margem do Rio Tietê, pensamos: “Meu Deus, que desenvolvimento foi esse que destruiu o rio que passa por dentro da cidade!” Uma bênção que passa dentro da cidade, hoje, é como se fosse uma lixeira.

Então, temos de questionar que o desenvolvimento ocorrido em outras regiões foi a um custo muito caro para o meio ambiente, a um custo muito caro do ponto de vista das demandas sociais, porque são as populações mais pobres que acabam pagando mais caro por esses desastres, como agora estamos vendo no Rio de Janeiro, com o vazamento do petróleo.

Na nossa região, em que pese todo o processo demorado, podemos até agradecer a Deus por essa demora, porque ela nos deu tempo para assimilarmos e aprendermos aquilo que não queremos no nosso desenvolvimento. E o esforço do zoneamento ecológico-econômico, o esforço da variável da sustentabilidade na matriz de desenvolvimento da nossa região, a combinação de vários modelos econômicos que não sejam apenas aqueles voltados para as ações de monocultura, como se pensava anteriormente, ou para a incidência em um único produto como, por

exemplo, a exploração de madeira. A Amazônia é diversificada e, portanto, as suas atividades econômicas também devem ser da mesma forma. Não há como termos uma pressão apenas sobre um determinado recurso natural, senão será o fim deste.

De sorte que a aprendizagem que temos da realidade de Estados que tinham uma cobertura vegetal invejável, como é o caso da Mata Atlântica, e que hoje tem apenas 8% dessa cobertura, é a de que, graças a Deus, de toda a nossa Amazônia, temos talvez 12% de ação antrópica nesta região. O meu Estado do Acre possui apenas 9%, no máximo, de ação antrópica; o resto ainda é área preservada.

Assim, o "devir" ainda está realmente no devir. Devemos planejar o nosso futuro, de maneira que o nosso presente seja rico em determinação, em compromisso ético, para que, no futuro, as próximas gerações possam usufruir dos bens que, em outros Estados, já não são os mesmos dos seus antepassados.

Muito obrigada.

Durante o Discurso da Sra. Marina Silveira, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)

– Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Amir Lando.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, não poderia deixar de passar ao largo fato que ocorre hoje no Estado de Rondônia.

O Governador do Estado de Rondônia. Sua Excelência o Governador do Estado, por imperativos da Lei Camata e da Lei Complementar nº 96, acaba de promover a demissão de quase 10 mil servidores estaduais num universo de 34 mil. Um terço dos servidores públicos de Rondônia estão hoje na desolação do desemprego, no desespero de não poder prover o sustento da família. O temor, o medo, a incerteza e a dor infestam a família rondoniense.

Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, a lei é drástica. A emenda à Constituição Federal dispondo que o gasto com pessoal não pode ultrapassar 60% teve o escopo de possibilitar investimentos nos serviços essenciais que o Poder Público deve prover para propiciar vida digna à população, para oferecer ao cidadão condições de realizar, em plenitude, seus sonhos, suas esperanças e poder desenvolver-se como pessoa humana como um todo, no plano físico, mental e espiritual.

O desemprego que ronda o País atinge quase 10 mil lares de rondonienses. Poderão dizer que é

meramente a aplicação da lei e da Constituição, mas isso diz pouco, Sr. Presidente, porque o Estado de Rondônia está em situação de penúria, como os demais Estados periféricos, discriminados, que vivem uma situação de desigualdade insuportável e que são tratados com o rigor brutal do Governo Central. Não é com a mesma complacência que trata o Banespa e o Beron, por exemplo. Lá, os rigores; aqui, os favores. Lá, o povo tem que economizar. Explico: a administração, permitindo quase 10 mil servidores, economizará R\$7 milhões por mês. Obrigam-nos a pagar uma dívida que, hoje, se aproxima de R\$8 milhões por mês e que, em janeiro, deve saltar para R\$10 milhões, numa arrecadação total de R\$54 milhões mensais. Vamos chegar ao patamar não de 13%, que era o limite previsto, mas de quase 20% da arrecadação total do Estado. Repito: Será que vamos suportar essa brutal discriminação? Será que devemos aceitar de maneira servil a posição intransigente do Governo central e ter de despedir quase 10 mil servidores, para fazer economia de apenas R\$7 milhões por mês?

É realmente insustentável a situação, Sr. Presidente!

Antes era com o FEF e, agora, com o DRU; abate-se da participação do Estado de Rondônia, no mínimo, R\$7,5 milhões por mês, o que daria para cobrir os gastos com pessoal e evitar a desgraça que atinge 10 mil famílias no Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, não podemos, de maneira nenhuma, aceitar as condições que nos são impostas. Não podemos arcar com uma dívida que foi estabelecida para o Estado de Rondônia sem que esses recursos tivessem sido aportados para melhoria, para investimentos no mesmo Estado. Não podemos suportar mais essa dívida de R\$550 milhões contraída durante a administração federal do Banco do Estado de Rondônia. Quase 50% da dívida do Estado provém dessa indecência, dessa imposição ilegal, injusta que agora o povo de Rondônia repudia, por meio deste Senado, na minha pessoa, como representante daquela comunidade.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, se estivéssemos reduzindo os juros da dívida do Estado, por certo abatendo também a dívida do Beron, o Estado de Rondônia não estaria pagando mais que dois ou três milhões por mês por uma dívida que realmente foi constituída, mas que nos foi imposta sob a forma do poder do mais forte sobre o mais fraco; que exige e não transige; e que quer extraer uma vantagem ilícita à custa da fraqueza de Estados federados como Rondônia.

Nós brasileiros de todos os recantos do País que fomos fazer Rondônia tínhamos em mente um

Estado promissor, pela fertilidade do solo, pela grandeza e, sobretudo, pelo heroísmo de um povo que não mediou esforços e adversidades para fazer brasileira, também, aquela parte da Federação. Ali lançaram o grão, e o fruto aos poucos foi sendo colhido. Sernearam vidas e enterraram os sonhos dos mortos pela malária e outras endemias rurais. Um povo heróico, obstinado por fazer crescer o Brasil, deslocou-se para aquela região com esperança e sonhos de melhores dias.

Agora, Sr. Presidente, o aperto federativo faz com que, aos poucos, cada vez mais, seja diminuída a possibilidade de crescimento e de progresso na região, que vai exigindo mais recursos. Estamos diante de uma demissão em massa. Trata-se de uma demissão linear que atinge todos os servidores com cinco anos menos um dia da publicação da Constituição de 1988, ou seja, todos os servidores que foram contratados a partir de 5 de outubro de 1983. São pessoas que se dedicam, há dezessete anos, ao serviço público, em uma localidade longínqua e adversa e que precisou contratar mão-de-obra como estímulo para a fixação do homem. Quando uma notícia dessa natureza chega, não podemos deixar de ser solidários com esses servidores que vivem um drama pessoal e familiar. É um verdadeiro estado de choque que talvez anteceda a revolta, o caos e a desagregação.

A demissão de 10 mil servidores causa lídimo cenário de choque. Não vamos discutir a repercussão que isso trará ao comércio local e ao setor produtivo em geral. Perde-se muito mais, perde-se sobretudo a esperança, em virtude da devastação provocada pelo desemprego. Perde-se, sim, a expectativa de viver nessa região. E vemos que, com o desemprego, a família, célula **mater** da sociedade, também sofre golpe mortal no núcleo de seus valores, relacionados diretamente à mesa farta, à educação regular dos filhos, hoje condenados a abandonar os bancos de escola, ameaçados de não ter o pão de cada dia para a sobrevivência digna e justa.

O direito ao trabalho é tão sagrado como o direito à vida por ele provida, mas agora se nega essa chance, afrontando-se o texto da Constituição, que menciona no capítulo **Dos Direitos Sociais**, art. 6º (o direito ao trabalho). A República fundamenta-se nos valores sociais do trabalho e na livre iniciativa, conforme estabelece o inciso IV do art. 1º da Carta Magna; onde estão essas letras e normas programáticas, se não cumprem as funções imperativas para a sobrevivência de uma sociedade justa e democrática?

Aqui as leis foram sendo feitas compelindo o Estado a demitir, sem piedade, sem sentimento, obe-

decendo apenas o comando gélido da lei. Aqui, Sr. Presidente, são estabelecidas sanções, drásticas, rígidas para aquelas unidades da Federação que não obedecem o texto draconiano da lei, tais como: "Os Estados, o Distrito Federal ou Municípios que estiverem acima dos limites estabelecidos na Constituição sofrerão retaliações como a suspensão de repasses de verbas federais ou estaduais, a vedação de concessão direta ou indireta de garantias da União, a contratação de operações de crédito junto a instituições financeiras federais".

Veja, Sr. Presidente, no particular impõe-se uma espada não de Dâmocles, mas uma espada que, como a guilhotina, cortará a cabeça daquelas unidades da Federação que não se ajustarem ao rigor da lei.

O Congresso preceituou, contra o meu voto, a condenação ao desemprego num momento de crise, de recessão, quando a arrecadação diminui, ora porque se abate da participação dos Estados 20% da arrecadação global, por intermédio da DRU, substituta do FEF; ora porque se estabelece uma Lei Kandir, que mais uma vez beneficia a União, mas prejudica os Estados, sendo que a compensação por ela estabelecida até agora é letra morta, é nenhuma; ora também pelas renúncias fiscais, não para as regiões subdesenvolvidas ou atrasadas como a nossa, como é o Estado de Rondônia, mas sobretudo para os grandes empreendimentos do Centro-Sul, como tem sido nas privatizações, na atuação natural do BNDES.

Por isso, Sr. Presidente, estamos diante de uma situação dramática, não justificada pelo texto da lei nem por sua aplicação. Fizemos uma lei injusta, imprópria, que não se ajusta às peculiaridades locais. A lei não pode ser essa abstração brutal para um País como o nosso, imenso e continental. Existe um princípio geral de direito pelo qual a lei deve ser regida pelo lugar – **locis regit actum**. Essa é a idéia do ajuste às peculiaridades locais. Se tivesse refletido melhor, o Congresso Nacional certamente teria feito exceções aos Estados em processo de desenvolvimento ou em condições tão desvantajosas como as do Estado de Rondônia e outros da Federação.

Sr. Presidente, não gostaria de ver a destruição das famílias condenadas ao desemprego. Não gostaria que essas crianças que ainda têm o que comer passassem pela restrição na dieta de cada dia, e que aos poucos fosse a fome engolindo-lhes o corpo, transformando-as em figuras ressequidas, em que o esqueleto da morte já aparece inteiro debaixo de uma pele sem cor e desidratada, sem nenhuma condição de sobrevivência. Não gostaria de ver as pessoas do meu Estado exibidas amanhã na televisão, como vejo

hoje – e aqui também ofereço a minha solidariedade às pessoas que passam fome pelo Brasil afora, principalmente ao povo do Nordeste –, figuras que não têm mais nenhum sinal de vida, que mais parecem múmias de três a quatro séculos, saídas dos sarcófagos, andando com pernas tímidas e com dificuldades para se equilibrar. Não quero ver em Rondônia, Estado pujante e possuidor de riquezas naturais incalculáveis, a fome, o desespero, a dor de cada família, talvez condenada a essa condição de vida infra-humana.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Amir Lando, V. Ex^a. me concede um aparte?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Com muito prazer, ouço o nobre Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Eminentíssimo Senador Amir Lando, hoje, efetivamente, é um dia de tristeza para nós, rondonienses, porque temos que conviver com essa dura realidade da demissão de quase 10 mil servidores públicos. É uma situação dramática. Entendo que é o cumprimento da lei, como V. Ex.^a muito bem relatou, e concordo inteiramente com seu pronunciamento. É um remédio amargo, que não podia deixar de ser ministrado, porque assim impõe a lei. Quero, portanto, hipotecar minha solidariedade a todos esses 10 mil servidores demitidos. Aproveito o ensejo, eminentíssimo Senador, para tecer alguns comentários e relevar alguns tópicos do seu pronunciamento que julgo devem ser, de certa forma, referendados e lembrados, para que isso fique marcado na nossa população. Primeiramente, como já afirmei várias outras vezes aqui neste Senado, Rondônia parece ser efetivamente o quintal da República. Assim como todos os Estados do Norte, é um Estado de periferia, tratado desigualmente em relação aos outros entes da federação. O Governo federal trata os desiguais de forma igual, o que é mortal para Estados novos como Rondônia. Neste momento, eminentíssimo Senador, deixo claro que grande parte de tudo o que está acontecendo em Rondônia é fruto da irresponsabilidade do Governo anterior e dos maus gestores do Banco Central que estiveram à frente do Beron – Banco do Estado de Rondônia –, por ocasião do RAET – Regime de Administração Especial Temporária. Esses cidadãos, que não têm nenhuma vinculação com o Estado, que não sabiam sequer onde ficava Rondônia, souberam apenas no dia em que foram para lá levar Rondônia a esse caos. Da economia a que V. Ex.^a se referiu, de 7 milhões de reais, só o que Rondônia paga, por conta do desastre da administração do Banco Central no RAET, soma hoje quase 4,5 milhões, eminentíssimo Senador que me questionava há pouco, mais da metade daquilo que o Governo está economizando com a de-

missão, feita por força de disposição legal. No entanto, esses administradores do Banco Central estão empoleirados nos seus cargos de altos salários aqui em Brasília e sequer dão respostas ao povo de Rondônia, ao Governador e aos Senadores aqui presentes. Os três Senadores de Rondônia se rebelaram contra a posição do Banco Central e, até este momento, nada foi feito nessa direção. É preciso lembrar ainda, eminentíssimo Senador, que pagaremos por trinta anos essa conta; por trinta anos Rondônia pagará essa dívida, que não foi o Estado que fez, não foi sua população, foi o desatino, o desgoverno do governo anterior e a irresponsabilidade daqueles que tomaram conta do Beron durante a administração manuseada pelo Banco Central.

De sorte que quero somar-me a V. Ex.^a nesse pronunciamento, no sentido de hipotecar minha total solidariedade a todos aqueles servidores que hoje estão lá desprovidos dos seus empregos. Que eles saibam que o que está sendo feito é por força de determinação legal e, se não houvesse o desatino do governo anterior, e esse absurdo que se fez com o Beron, com a Ceron, além de outros inúmeros escândalos no Estado pelo governo anterior, talvez não fosse necessária a demissão dessas 10 mil pessoas hoje.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Nobre Senador Moreira Mendes, entendo que V. Ex.^a – como não poderia deixar de ser – não tem o coração de pedra para não se sensibilizar com o drama dos demitidos. E nisso parabenizo V. Ex.^a.

Não vou entrar na discussão das causas de toda a dívida do Estado, que é pequena, se comparada a outras unidades da Federação, sobretudo quando nos referimos ao Beron, temos que estar assentes num ponto: não foi o rondoniense nem o Governo de Rondônia que gerou essa dívida. Foi, sim, a intervenção do Banco Central, que aumentou uma dívida que somava 30 milhões – que já vinha de outro Governo –, ora referida como sendo de 50 milhões, e que fez crescer essa dívida a R\$ 600 milhões.

Estamos pagando pelo desatino, sobremodo, de uma administração malfadada do Governo Central, e agora a conta é paga por todos nós. Quando aqui nos referimos a esse assunto, exatamente dizímos que, se não tivéssemos a conta Beron, a dívida do Estado não passaria de 3 ou 4 milhões, números que conferem exatamente com o que diz V. Ex.^a. Essa é a situação abstrata, a situação – poderíamos dizer – do contexto legal e constitucional. Contudo, a situação real dos demitidos, essa, sim, sobremodo, nos preocupa. E poderíamos aqui buscar alternativas, primeiro fazendo crescer a arrecadação, porque sabemos que, no Estado de Rondônia, como de resto em

todo o País, o sistema tributário é um instrumento para a invasão, para a fuga tributária, para a prática de crimes tributários.

Não temos estrutura. E o que vai ser? Mais de dois mil servidores da educação certamente de instruir os nossos jovens rondonianos, para ser exato, em torno de 1000 servidores da área da saúde poder atender à demanda da doença na nossa região, uma região endêmica, como sabemos suscetíveis a toda sorte de doenças tropicais. E sobrenodo, mais de 200 medicamentos, além de bioquímicos, tão essenciais à pesquisa do mesmo dízimo causador da malária.

Por isso, Sr. Presidente, Sra* e Srs. Senadores, nesta hora, quando vemos aqui esta lista de demissões, sabemos que por de trás disso há muito desespero, sofrimento e dor; sabemos que não poderíamos deixar aqui de manifestar nosso sentimento de pesar e nos colocar à disposição para buscar alternativa a um drama capital e tão doloroso de conseqüências do nosso Estado.

Dessa maneira como se legisla, não vamos de maneira nenhuma reduzir as disparidades existentes, vamos cada vez mais acentuar os bolsões da desordem. Temos que agora sustentar a floresta em 81% com uma propriedade rural, como se nós, rondonienses, fôssemos condenados a ser guardas florestais da Amazônia, preservando um patrimônio não só para o País, mas, sim, para as potências internacionais, cada vez mais, ocuparem nosso território e desfrutarem das riquezas que, no legado divino, nos foram destinadas.

Está aí uma situação dantesca. Sou solidário à busca de alternativas, certamente fazendo reduzir a cobrança de uma dívida injustificável contra o Estado de Rondônia, para que, juntando a arrecadação e a participação dos outros Estados, tenhamos condições de estabelecer uma solução favorável aos servidores.

Estou pronto para colaborar com o governo para reverter esse quadro insustentável. Vou colocar esse mandato que é do povo de Rondônia para buscar alternativas viáveis para o governo, para os demitidos.

Será que vamos sempre gerar fome, miséria? Vamos ceifar a esperança definitivamente, Sr. Presidente? Será que as famílias que dependem do emprego e a escola hoje, amanhã não amanhecerão nos contingentes da violência? E, aí, viremos com uma solução mágica: "Vamos acabar com a violência porque que a violência se faz apenas com fogo." Não podemos

fazer nem à Nação. Vamos encarar os fatos. Nessas famílias em que faltará o pão de cada dia, por certo faltará também a sustentação aos valores morais, e a prustituição também será um ingrediente do futuro.

É esta a situação que queremos para o Brasil: destruir para condenar à morte, pelo roubo, pelo crime, a condenar à miséria, à desorganização moral e social. Haverá outra forma para construir a Nação? Haverá pelo desastre do desemprego e da miséria. Haverá outro caminho da solidariedade e da justiça social. É preciso nos compenetrarmos de que a Nação brasileira é um todo, é uma realidade pior do que pensamos neste "País de Alices", nesta ilha das maravilhas. É preciso pensar que Rondônia agora está de luto, que sofre com a demissão, porque a Constituição determinou e as leis assim o quiseram. Agora, as famílias não sabem que a lei é que manda, mas sabem da injustiça e do dano que isso causa em cada lar.

E por isso, Sr. Presidente, que legislar é obra grave. É difícil talhar condutas fora da realidade apenas impondo mandamentos coercitivos; é preciso recolher as normas no seio da sociedade como um estetoscópio auscultando a realidade e os apelos da vida, que quer viver, que quer ser feliz, que quer, sobretudo, formar uma nação grande, promissora e justa pelo trabalho e jamais pelo desemprego.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos.) — Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino pelo oráculo de 20 minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ.) — Peço a palavra o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, um país da América do Sul, um país latino-americano muito próximo do Brasil, por situações históricas e culturais, passou por uma situação dramática e ainda confusa. Trata-se do Equador, que, por meio de uma avassaladora eleição regular, depôs o Presidente Jamil Mahuad, Presidente constitucional. A população não aceitou a sua decisão de dolarizar a economia do País, sabendo que o dolarização corresponde à abdicação da soberania de uma nação. O país que entrega a sua moeda entrega também todas as suas decisões econômicas e, por conseguinte, as suas decisões políticas.

O presidente deposto, aquele que dolarizou a economia, alegou que não havia outra alternativa, que não conhecia outra possibilidade diante de uma situação de inviabilidade que se vinha prolongando já por alguns anos.

O presidente que assumiu, o vice-presidente Dr. Gustavo Noboa, ainda não se definiu

quanto à dolarização. Mas, pela sua própria atitude e em decorrência do processo que o levou à Presidência, manterá a dolarização.

Na verdade, o presidente deposto foi substituído por uma junta de governantes constituída pelo Chefe das Forças Armadas, pelo Presidente do Tribunal Superior e pelo maior líder das populações indígenas daquele País. Todo o sentido da revolta popular – que chegou a ocupar as dependências do Palácio do Governo e todas as ruas da Capital – era produzir uma alternativa completamente oposta àquela do Governo do Sr. Jamil Mahuad. Pretendia a junta que o Equador reassumisse a sua condição de total independência, formulando um programa de desenvolvimento, negando todas as decisões e medidas daquelas políticas – que todos conhecemos muito bem – de privatização, de redução do Estado e de abertura da economia que infelicitavam profundamente a população e que produziam a perda completa do controle da economia.

Sr. Presidente, essa situação ainda indefinida do Equador pode ter consequências graves, alguns desdobramentos podem ser aceitos, num primeiro momento, pelo Governo constitucional. Mas, num segundo momento, poderá ocorrer a volta do clima de contestação, com a eclosão de uma situação de instabilidade e de ingovernabilidade. Não sabemos ainda quais serão as consequências.

A substituição daquela junta de caráter popular deu-se por imposição também de conselhos, de advertências externas, não oriundas das próprias forças políticas do Equador, como se alguma potência exterior dissesse: "Ou vocês retomam a solução constitucional, que é aquela que conduziu à dolarização, ou estarão condenados a um boicote absolutamente insuportável para uma economia das dimensões da do Equador". Então, as lideranças das Forças Armadas chegaram à conclusão de que era melhor voltar tudo ao que era antes e não permitir que a afirmação popular se desse por meio de modificações na política econômica.

Enfim, essa situação preocupa-nos muito. Olhamos para a América do Sul e para a América Latina e ficamos cada vez mais preocupados com o fenômeno da perda de autonomia, da perda de soberania, da vulnerabilidade das economias dos diferentes países.

O Ministro Pedro Malan não perde oportunidade de afirmar que o Brasil nunca passará por essa situação, por ter outra constituição econômica, outras dimensões – o que, de fato, é verdade –, e que o Brasil não dolarizará nunca a sua economia. Se o nosso País não mostra, não exibe, não indica aos demais países da América do Sul e da América Latina um caminho alternativo – que o Presidente deposto do Equa-

dor não foi capaz de ver –, se o Brasil, o único país que pode indicar uma solução alternativa, não o fizer, a realidade fatalmente irá conduzir, um a um, os países da América do Sul a adotar a solução da dolarização e da perda completa de soberania e de autonomia.

As duas maiores economias da comunidade latino-americana depois do Brasil, a Argentina e o México, praticamente se submeteram ao processo de dolarização. A Argentina passou por um processo de atrelamento indissolúvel, por lei, da sua moeda ao dólar, com um endividamento completo na execução do orçamento de todas as empresas em dólar, com os compromissos e com as trocas todas efetuadas em dólar. Já o México aderiu ao Nafta, ao acordo de livre comércio com a economia norte-americana. Ou seja, esses dois países, as duas maiores economias depois do Brasil, estão praticamente submetidos à economia do dólar, embora não o tenham feito explicitamente.

Agora, vem o Equador, uma economia de dimensão menor, demonstrar, pelas palavras do Presidente deposto, que não via outra alternativa para tirar o país de uma crise por que vinha passando há muito tempo. Adotou, assim, a chamada solução realista, a política realista que, muitas vezes, é invocada para que se assumam posições dessa natureza.

Política realista constitui em submeter-se uma nação ao domínio da nação imperial, para obter destas vantagens em termos de investimentos, de ajudas para modernização, sem que isso signifique uma inserção da nação submetida dentro da nação imperial. Não se trata de um imperialismo explícito, mas de um imperialismo implícito, por meio da submissão, mas sem representação no governo imperial. É a submissão para tirar vantagens em termos de investimento.

Invoca-se, com freqüência, exemplos de nações que fizeram essa opção com grandes vantagens para o seu desenvolvimento econômico, cultural e político. Na segunda metade do século passado, nações que pertenciam ao Império Britânico, como o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, submeteram-se ao domínio imperial, assumiram a condição de dominados para usufruir das vantagens, em termos de investimento e de transposição cultural da metrópole imperial para os seus territórios. Eram nações que ainda se encontravam colonizadas, que não tinham realizado a sua independência, que não haviam sequer sonhado com o seu projeto de autonomia. Eram territórios que não tinham história, com culturas autóctones, muito rudimentares e sem capacidade de afirmação perante o império colonizador.

Essas nações abriram mão de sua soberania, aceitaram a condição de domínio, nunca a contesta-

ram e, com isso, ganharam investimentos e construções feitas pela capital imperial, os quais as colocaram, hoje, em situação realmente vantajosa no cotejo das demais nações do mundo.

O mesmo não aconteceu – nem poderia ter acontecido – com nações que tinham história, cultura e não poderiam submeter-se ao domínio, em razão da existência dessas forças constituidoras de uma nação, como é o caso da Índia, do Egito, de todas as colônias inglesas na África que tinham culturas próprias, que não eram territórios quase vazios, pouco populosos, os quais teriam sido ocupados pelos colonos ingleses.

Nesses casos, não houve essa inserção, essa submissão. Houve, sim, a manutenção do estado colonial até o momento da independência. E tais países atualmente tentam afirmar-se, embora também com dificuldades econômicas muito grandes.

Evidentemente, este é o caso da América Latina. Não tem sentido nos rendermos a uma posição de domínio que nunca realizaria uma inserção como a do Canadá e da Austrália no Império Britânico. Não haveria condições, nem vontade política de realizar, nem aceitação por parte da nação dominadora, imperialista. Os Estados Unidos não estão interessados. A nação norte-americana quer que esses países se submetam ao seu domínio por meio de uma entidade internacional um tanto abstrata, que é o mercado financeiro. O mercado financeiro não é uma entidade nacional. É uma entidade internacional, um tanto abstrata, dominada pelos interesses políticos da nação imperial, que é a norte-americana. Dessa forma, o domínio seria indireto. Os Estados Unidos nunca assumirão uma postura explícita de controle político das nações submetidas, mas sempre tentarão fazer com que esse controle seja exercido indiretamente por uma entidade abstrata, que é o mercado financeiro internacional.

No entanto, a nós, brasileiros ou sul-americanos, cabe enfrentar a situação, rasgando o verbo com transparência e verdade. Temos de discutir isso sem rebuços. Queremos continuar afirmando a nossa soberania ou queremos nos submeter? Se é para adotar a decisão da submissão, temos de lutar pela inserção total; temos de lutar para enviar Senadores e Deputados brasileiros para o Capitólio, para o congresso norte-americano, a fim de que possam influir nas decisões que afetarão a nossa vida aqui. Agora, submetemo-nos sem essa inserção política, sem representação política na metrópole é a pior das condições. É pior do que nos transformarmos, amanhã, em novos estados da federação norte-americana, caso em que

pelo menos teríamos representação. Isso é o que está acontecendo com todas as nações da América Latina, a partir do México, que quase se transformou em um conjunto de estados norte-americanos, sem ter essa condição de representação política em Washington.

Não creio que a população brasileira deseje isso, absolutamente. Afirmo que não é o sentimento dos nacionais brasileiros assumir essa posição. O Governo brasileiro também afirma isso, mas não assume a posição de implantar uma solução alternativa para mostrar ao mundo, particularmente ao continente sul-americano, que ela existe. Ao contrário, submete-se à política ditada pelo mercado financeiro internacional e diz: "O Brasil está amadurecendo, modernizando-se e ganhando a confiança do mundo, do mercado internacional, haja vista os investimentos diretos que ingressam na economia, cerca de US\$30 bilhões no ano que findou.

Quer dizer, esta é uma afirmação que não resiste à mínima condição de debate. O Brasil não ganhou confiança de nações, de povos do mundo, mas dos endinheirados do mundo. Fazendo concessões e aberturas em sua economia, criou vantagens para que esses endinheirados e especuladores trouxessem dinheiro, como essa fantástica quantia de US\$30 bilhões, aplicadas em operações quase estritamente financeiras ou em operações de aquisição de empreendimentos que nós, brasileiros, havíamos realizado com recursos nossos e que foram vendidos a preço vil, sem que se tivesse realizado praticamente nenhum empreendimento novo.

Com isso, na verdade, o Governo fica afirmando falsidades, coisas que não correspondem à realidade dos fatos, mas ao acúmulo de submissão e de entrega das nossas realizações ao capital internacional, que é exatamente aquela entidade abstrata comandada pela nação imperial dos Estados Unidos da América. E, ao fazer isso, induz os países da América do Sul e da América Latina a tomarem o mesmo caminho; a constatarem, como afirmou o Presidente deposto do Equador, que não há outra alternativa e a dizerem: "Se o Brasil não consegue afirmar outra alternativa, somos nós, equatorianos, que vamos fazê-lo? Impossível! Se o Brasil está submetido, nós também, com razão muito mais forte. Não temos outro caminho senão este".

Vários países vizinhos nossos vivem dramas dessa natureza. A Venezuela, depois de um processo muito semelhante ao equatoriano, conseguiu, democraticamente, pelo voto, sofrer um terremoto político. Todas as forças políticas tradicionais foram fragorosa-

mente derrotadas, em uma eleição vencida por um chefe militar que havia tentado dar o golpe pouco tempo antes e que se afirmou como liderança alternativa e contestadora daquele modelo entreguista e de submissão, representando, aos olhos do povo, exatamente aquilo que a Nação venezuelana queria: uma alternativa independente e não-submetida aos interesses do mercado financeiro internacional. A Venezuela está vivendo dificuldades. Não sabemos o destino político a médio e longo prazo daquele país. Torcemos muito, nós que acreditamos em uma solução alternativa, para que o Presidente Chávez encontre condições de consolidar a sua afirmação de que existe alternativa de natureza soberana para a nação venezuelana.

Outra nação vizinha, a Colômbia, está vivendo uma situação de guerrilha, de divisão interna, de guerra civil incontornável. Já há alguns anos, tenta-se um acordo. As forças revolucionárias exigem condições mínimas, mas o governo não tem possibilidade de aceitar exatamente por sua submissão. Assim, a luta interna se prolonga, evidentemente, com prejuízos enormes em termos humanos, econômicos e políticos.

Como o Equador, países estão vivendo crises e buscam alternativas, que existem, mas para afirmá-las é preciso densidade econômica. O Brasil possui essa densidade, mas não sei sobre os outros países da América do Sul. Se o Brasil, que tem condição, realizar as alternativas, induzirá todos, em um processo de convergência política, a adotar soluções semelhantes. A solução alternativa começa pelo controle do câmbio e do fluxo de capitais. Toda a vulnerabilidade, toda a razão da submissão passa pela dificuldade cambial, pela dependência e vulnerabilidade que as nossas economias apresentam em suas relações econômicas, financeiras e comerciais, no plano internacional. Se é esse o gargalo, a variável estratégica, é precisamente sobre ela que se tem que exercer o controle. A soberania passa pelo controle dos pagamentos internacionais, pelo controle dos fluxos de entrada e de saída de capitais externos. Isso a curto prazo, imediatamente. A partir daí se desenvolverão as negociações internacionais para um novo processo de pagamento da dívida, um novo plano, um novo programa de redução dos encargos da dívida; um novo programa de criação de condições de comércio internacional que favoreçam exatamente países endividados como o Brasil e toda a América Latina.

Existem soluções, que passarão por negociações evidentemente de médio e de longo prazos, mas que, a curto prazo, passam por uma decisão de de-

creação da soberania. E qual é ela? É exatamente a imposição do controle sobre fluxos de capitais e sobre os pagamentos internacionais.

Feito isto, se o Brasil afirma, induzirá toda a América do Sul a adotar essa solução de independência em relação aos ditames do mercado internacional e teremos outra configuração que não essa que levou o nosso país irmão, o Equador, à situação crítica que vive hoje.

Eram essas, Sr. Presidente, as observações que gostaria de ter feito e as fiz com o coração e a mente presos no que está sucedendo à nação equatoriana neste momento.

Durante o Discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

Durante o Discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha, pelo prazo de vinte minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, voltava eu de uma viagem ao Rio Grande do Sul e, ao cruzar o Estado do Paraná, deparei-me com uma cena que efetivamente me chocou: encontrei um acampamento de sem-terra. Eram dezenas, talvez centenas de famílias acotovelando-se naquela faixa estreita entre a pista de rolamento, a rodovia, e a cerca que protege as propriedades rurais.

Pareceu-me que aquelas famílias estavam na expectativa de encontrar um local para serem assentadas. Não sei se era intenção daquelas pessoas invadir alguma propriedade, mas pareceu-me que aguardavam a oportunidade de serem assentados em alguma propriedade rural.

Contudo, chocou-me, Sr. Presidente, a condição abjeta, totalmente inadequada em que viviam, abrigadas em casebres improvisados de lona preta, de papelão ou de pedaços de madeira, pequenos, espremidos e, certamente, sem as mínimas condições de higiene e de saúde.

Como essas famílias satisfaziam suas necessidades primeiras? Como cozinhavam? Numa trempe no chão, numa panela improvisada? De que forma estavam vivendo? De que forma eram assistidas na doença?

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, foi uma cena profundamente chocante para um País que se propõe a organizar sua economia e a encontrar uma solução definitiva para as mazelas que afligem sua população.

De há muito assistimos aos assentamentos se multiplicando por diversas regiões do País, às famílias, como as que vi, quase abandonadas à margem da rodovia, sem perspectivas futuras, mas, certamente, alirnentando um sonho, um desejo de encontrar um local onde criar seus filhos, produzir seu próprio sustento. Percebi, Sr. Presidente – e era muito claro –, que os mais velhos e as crianças sofriam mais. Dependentes, é natural que seu sofrimento seja mais forte.

Usei esta tribuna, várias vezes, para comentar a respeito e dizer que as invasões de terra que aconteciam neste País, numa verdadeira afronta à lei maior, à Constituição, não era o caminho que possivelmente muitos dos que integram esse movimento desejam.

De onde vêm tantas pessoas, homens, mulheres, crianças, velhos que integram esse movimento? Seria do êxodo rural? Seriam famílias egressas do campo? Seriam pessoas marginalizadas das periferias das nossas grandes cidades? Ou, quem sabe, Sr. Presidente, alguns do campo, alguns da cidade?

Imagino que a maioria, grande parte dessas pessoas alimenta o sonho de encontrar uma propriedade rural onde possam criar seus filhos, produzir, plantar, enfim, construir o seu futuro, mas não tenha a menor aptidão na lida do campo, não saiba desvendar os segredos da terra; não saiba, efetivamente, como produzir. É possível que, uma vez assentado, não saiba como lidar com a terra.

Por várias vezes comentei o assunto. Entendia que deveria haver programas de financiamento da terra a juros compatíveis com a realidade do campo e orientação técnica, para que as pessoas pudessem ter crédito para comprar a terra, instrumentalizar-se e fazer a propriedade produzir talvez fosse a alternativa mais adequada.

Pretendo, Sr. Presidente, visitar alguns assentamentos no meu Estado. Sei que no seu Estado e em vários outros também há assentamentos rurais. Acredito que, da forma como foram realizados, terão muita dificuldade de cumprir seu objetivo de fazer com que aquelas famílias consigam produzir e ter o seu sustento garantido. O volume dos assentamentos é grande e o número de pessoas que integram cada um deles, maior ainda. Pior do que isso e talvez mais grave do que isso é que dezenas, centenas e, às vezes, milhares de pessoas são momentaneamente assentadas em um município, sem prévia consulta ao Prefeito

para saber se a estrutura do local suporta um fluxo migratório tão acentuado de pessoas totalmente dependentes, que imediatamente recorrem aos serviços públicos do Município e passam a exigir do Prefeito transporte coletivo, escola, atendimento à saúde, energia elétrica, água tratada, enfim, Sr. Presidente, as exigências básicas de qualquer ser humano, que qualquer sociedade organizada e desenvolvida tem por obrigação de oferecer ao seu cidadão. Procedeu-se aos assentamentos sem consultar o Prefeito, a fim de averiguar se há, no Orçamento da Prefeitura, recursos suficientes para esses assentamentos. Sabemos que nenhuma Prefeitura do Brasil tem dinheiro sobrando, nenhum orçamento municipal está em condição de receber um fluxo migratório tão acentuado, carente, com uma demanda de serviços tão grande, sem que comprometa o atendimento do seu cidadão. É uma situação difícil. O prefeito vê-se numa situação delicada, comprometendo seus municíipes, sem meios de prestar uma assistência adequada aos assentamentos. É preciso que analisemos melhor essa situação, que acompanhemos esses assentamentos, para melhor atender suas necessidades e objetivos.

O Estado do Tocantins, por exemplo, acaba de realizar seu levantamento agroecológico. O Estado de V. Ex^a e o da Senadora Marina Silva estão realizando, em estágio adiantado, o estudo agroecológico. Ora, para que serve esse estudo? Exatamente para estabelecer as restrições de uso da terra, para descobrir-se o que pode ser aproveitado nela. Esses assentamentos não levam nada disso em consideração. Muitas das pessoas ali assentadas, às vezes sem a necessária orientação e até para cuidar da sua sobrevivência, invadem as matas, as nascentes, os rios e procuram explorá-los da forma que lhes é possível, sem a necessária preocupação que hoje a legislação ambiental, de apelo tão forte, está a exigir.

Por essa razão, esse apelo que faço nesta tarde é para que nós, no Senado Federal, procuremos dar a nossa contribuição com a experiência que os assentamentos produzem em cada um dos Estados, possamos auxiliar o Ministro da Reforma Agrária na elaboração de uma nova orientação para os assentamentos, para que eles possam efetivamente ter condição de produzir e ser uma peça importante no processo de desenvolvimento de cada município; para materializar o sonho de tantas famílias, de rotos e famintos que estão a se transpor daqui para ali, em diversas regiões deste País, à busca de um teto, à busca da realização de um ideal. É preciso, Sr. Presidente, que possamos dar uma contribuição a essa situação, que,

efetivamente, é séria, grave e que preocupa vários prefeitos municipais em diversas regiões deste País.

É o que gostaria de registrar nesta tarde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 2.017, adotou em 19 de janeiro de 2000 e publicou no dia 20 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória que "Acresce dispositivo à Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Hugo Napoleão Edison Lobão	Francelino Pereira Mozarildo Cavalcanti
	PMDB
Jader Barbalho Nabor Júnior	José Fogaça Carlos Bezerra
	PSDB
Sergio Machado	Osmar Dias
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Marina Silva	Antonio Carlos Valadares
	PPB
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Moreira Ferreira Aroldo Cedraz	Pedro Fernandes Reginaldo Germano
	PMDB
Geddel Vieira Lima Cezar Schirmer	Milton Monti Fernando Diniz
	PSDB
Aécio Neves	Jutahy Junior
	PT
José Genoíno	Arlindo Chinaglia

PPB

Odelmo Leão

Gerson Péres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 24-1-2000 – designação da Comissão Mista

Dia 25-1-2000 – instalação da Comissão Mista

Até 25-1-2000 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 3-2-2000 – prazo final da Comissão Mista

Até 18-2-2000 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº 236/2000, de 20 do corrente, encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 23, de 1996, do Senado Federal, a relação das operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, assim caracterizadas as doações internacionais e outras da espécie, analisadas por aquela Autarquia, no trimestre outubro/dezembro de 1999, em montante equivalente a dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil e oitocentos dólares norte americanos.

A matéria anexada ao processado da Resolução nº 23, de 1996, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu os Ofícios nºs S/71, 72, 74, 79 e 80, de 1999 (nºs. 554, 681, 826, 1957 e 2025/99, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado manifestações daquele Órgão, a respeito de operações de crédito a serem contratadas pelas Prefeituras de Barra do Quaraí, Dois Irmãos, Samanduva e Nova Bréscia, Estado do Rio Grande do Sul; e Aracape, Estado do Ceará, informando que o posicionamento daquela Autarquia é desfavorável às autorizações.

Comunica, também, que recebeu do mesmo Banco o Ofício nº 226/2000, solicitando desconsiderar os referidos pleitos, tendo em vista pedidos das próprias Prefeituras.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do

Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, as seguintes Mensagens:

– nº 62, de 2000 (nº 109/2000, na origem), de 20 do corrente, pela qual solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o *Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW*, no valor de vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete euros, de principal, destinada a financiamento de oitenta e cinco por cento de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela *Carl Zeiss Jena GmbH*, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; e

– nº 63, de 2000 (nº 110/2000), de 20 do corrente, pela qual solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o *Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW*, no valor de cinco milhões, setenta e dois mil, novecentos e cinco euros, de principal, destinada ao financiamento de quinze por cento (parcela à vista) de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela *Carl Zeiss Jena GmbH*, no âmbito do Programa de Modernização e consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Roberto Saturnino.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, referentes ao Banco do Brasil, tendo em vista que em fins de dezembro último, todos os seus funcionários lotados no Rio de Janeiro receberam um cartão vermelho, com a logomarca do Banco do Brasil em amarelo no verso, contendo tão-somente a pergunta: “Que tal você fazer uma nova opção de vida?”. Indaga-se:

1 – Qual o órgão interno do Banco que tomou a iniciativa da remessa do referido cartão?

2 – Se a Direção Superior tomou conhecimento e aprovou a sua remessa.

3 – Qual o significado da pergunta e o objetivo da remessa.

4 – Se os funcionários lotados em outros estados também receberam o mesmo cartão.

5 – Se o Banco do Brasil fez, ano passado, concurso para admissão de pessoal.

6 – Em caso afirmativo, qual o montante de pessoal de que o Banco está carente?

7 – Também em caso afirmativo, quantos foram aprovados e quando deverão ser empossados?

Sala das Sessões, 24 de janeiro de 2000. – Senador **Roberto Saturnino**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2000

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer seja solicitado ao Ministério da Previdência e Assistência Social as seguintes informações:

Se existem débitos das empresas aéreas nacionais e estrangeiras em operação no País com a Previdência Social. Em caso positivo, quais os valores? E relativos a qual período?

Sala das Sessões, 21 de janeiro de 2000. – Senador **Moreira Mendes**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2000

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer seja solicitado ao Departamento de Aviação Civil – DAC, através do Ministério da Defesa as seguintes informações:

Cópia dos instrumentos legais que autorizam as companhias aéreas estrangeiras a operarem no País e as suas condições;

Números de bilhetes nacionais e internacionais requisitados pelo DAC às companhias a título de “serviços” e “cortesias” e outros não remunerados, com relação nominal dos favorecidos, data e trecho utilizados nos últimos 5 (cinco) anos.

Sala das Sessões, 24 de janeiro de 2000. – Senador **Moreira Mendes**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N° 27, DE 2000

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer seja solicitado a Caixa Econômica Federal, através do Ministério da Fazenda as seguintes informações:

Se existe débito das companhias aéreas nacionais e estrangeiras que atuam no País relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e quais os valores e períodos?

Sala das Sessões, 24 de janeiro de 2000. – Senador **Moreira Mendes**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N° 28, DE 2000

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer seja solicitado à Infraero, através do Ministério da Defesa, as seguintes informações:

Qual o débito das companhias aéreas nacionais e estrangeiras em operação no País relativos ao repasse das taxas de embarque e demais taxas aeroportuárias?

Qual o valor pago pelas companhias aéreas nacionais e estrangeiras em operação no País à título de aluguel ou arrendamento, decorrentes do uso nos aeroportos dos guichês de atendimento, escritórios, hangares, depósitos etc.

Se as referidas locações, arrendamentos ou simples cessões são cobertos por contratos e se foram precedidas da necessárias licitação pública? Caso positivo, fornecer cópias.

Sala das Sessões, 24 de janeiro de 2000. – Senador **Moreira Mendes**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do que dispõe o inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado n.º 687, de 1999, de autoria do Senador Paulo Souto, que define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, a Lei n.º

8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Ao projeto foi oferecida uma emenda, que vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É a seguinte a emenda apresentada:

**EMENDA N° 1 – PLEN
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 687, DE 1999**

Acrescente-se ao texto, onde couber, a seguinte a redação:

"A aposentadoria compulsória de juízes não constitui pena."

Justificação

É comum se constatar que juízes acusados de irregularidades comprovadas são aposentados com salários integrais, o que se constitui prêmio e não castigo.

Sala das Sessões, 24 de janeiro de 2000. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Os Srs. Senadores Romero Jucá e Sérgio Machado enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex's serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Sr^s Senadores, uma consequência benéfica, nem sempre bem avaliada, da quebra do monopólio do petróleo é a transparência que a Petrobrás passou a ter de mostrar em suas prestações de contas aos acionistas, entre os quais se inclui o Governo Federal. Desfaz-se, assim, uma das famosas "caixas-pretas" das estatais, pelas quais o cidadão era sempre mantido na ignorância sobre o real estado patrimonial e financeiro dessas empresas.

Em outubro do ano passado, por exemplo, o Conselho de Administração da Petrobrás decidiu reformular a sistemática contábil da empresa, adequando suas práticas às empregadas pelas grandes companhias do setor no mundo todo. Na verdade, não é tarefa simples, nem imune a polêmica por parte de especialistas, a avaliação contábil, para efeito de cálculo do patrimônio, de ativos reais, mas pouco palpáveis, como é o caso de reservas minerais a serem exploradas ao longo do tempo. Ou como contabilizar os

gastos com prospecção e com as perfurações mal sucedidas.

De todo modo, a adoção, por parte da estatal brasileira, de práticas de uso generalizado na indústria petrolífera permitirá, por comparação, uma idéia mais exata de seu desempenho, tanto técnico quanto administrativo.

O problema aparente, para quem acompanhou durante os últimos anos os balancetes publicados pela empresa, é que o resultado imediato dessa mudança de sistemática contábil, em caráter retroativo ao começo do ano passado, foi uma redução, da ordem de 4,8 milhões de reais, do patrimônio líquido da Petrobrás referente ao dia primeiro de janeiro de 1999. O efeito negativo no resultado do primeiro semestre de 1999, por sua vez, foi de cerca de 590 milhões de reais.

Em resposta a Requerimento de Informação de minha autoria, de número 667, de 1999, a Presidência da Petrobrás esclareceu que essas alterações não afetam a situação real da empresa, em nada afetando sua capacidade de geração de lucros futuros nem de geração de caixa. Não haveria, portanto, qualquer prejuízo a ser arcado a médio ou longo prazo simplesmente por causa dessa alteração contábil.

Ainda segundo a Presidência da Petrobrás, os acionistas foram devidamente esclarecidos por intermédio de um documento emitido pela empresa, no qual essas alterações foram explicitadas.

Uma outra questão a afetar o balancete da empresa foi o acordo estabelecido com a Fundação de Seguridade Social da Petrobrás — Petros. Por ela a empresa se comprometeu a repassar, ao longo do prazo de 25 anos, os encargos referentes a empregados aposentados e a pensionistas de empregados que já trabalhavam na empresa antes da constituição da Petros, o que contribuiu para o resultado negativo apresentado.

A maior prova, citada pela Presidência da empresa, de que a companhia vai bem seria o comportamento de suas ações no mercado de capitais. Seu valor de mercado vem se elevando continuadamente desde a adoção dos novos critérios, o que indica a preservação da confiança dos investidores. A valorização total, entre 15 de outubro, data da decisão da Diretoria pela mudança de critérios, e 04 de novembro, data em que prepararam o relatório para responder ao meu Requerimento de Informação, foi de 6,9 por cento. Em cerca de vinte dias, é um movimento positivo consistente e apreciável.

Por isso, considero bem respondida a questão proposta e dirijo um elogio à administração da empresa que, com competência e transparência, a está capacitando para a competição no mercado livre que vai aos poucos se estabelecendo.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSBD – CE) – Sr. Presidente, Sr^a e Sr^r Senadores, na última sexta-feira tive a honra de compor a comitiva do senhor presidente Fernando Henrique Cardoso em viagem ao Ceará, precisamente ao município de Acaraú, no distrito de Cauaçu. Na oportunidade, ao lado do presidente, do excelentíssimo senhor ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, do governador Tasso Jereissati, dos colegas de bancada Luiz Pontes e Lúcio Alcântara, além de outras autoridades e parlamentares de nível federal e estadual visitei a experiência bem sucedida do Programa Cédula da Terra naquela localidade.

A escolha de Cauaçu não foi por acaso. Cauaçu foi o embrião do Programa Reforma Agrária Solidária, uma idéia do Governo do Ceará, lançada em 1997 em parceria com o Banco Mundial, que serviu de inspiração para o Cédula da Terra e posteriormente para o Banco da Terra, duas novas formas de tratar a questão agrária no País.

O Reforma Agrária Solidária ensinou o Brasil a fazer a reforma sem traumas, sem violência e com participação ativa da comunidade. É ela quem decide de uma ponta a outra do processo. Pelo programa, a comunidade, devidamente organizada numa associação, define qual a área que a interessa e negocia o preço diretamente com o proprietário. O Governo entra como parceiro na negociação, avaliando se o preço cobrado é justo. Acertado o valor, é oferecido financiamento para aquisição da terra. O Governo estende o apoio financiando os moradores em investimentos complementares, de modo que a comunidade possa gerar os recursos necessários a pagar o que tornou emprestado e ainda tocar outros investimentos.

A reforma agrária cearense, iniciada no município de Acaraú, já realizou desde seu lançamento, há três anos, 16 assentamentos. Composta por 55 mil habitantes, sendo 34 mil na zona rural, a população de Acaraú, mesmo com tantos morando no campo, nunca havia atribuído à agricultura e à pecuária a importância que estes setores conquistaram após os assentamentos. Devido o solo arenoso, sempre foi a pesca a principal atividade produtiva. Evidentemente, a primazia da atividade é justificada pelo litoral que recorta o município, mas a produção

dos novos proprietários rurais já começa a se destacar. Hoje os empregos diretos e indiretos somam dois mil. São pessoas que não confiam somente na intuição para obter a maior produtividade. Eles contam com treinamento sobre gerenciamento e administração rural, oferecidos pelo Sebrae e pela Ematerce, o órgão estadual que faz extensão rural no Ceará.

A profissionalização da produção e da gestão permite a auto-sustentabilidade dos assentados, que mantêm com o Governo uma relação cidadã, acima do campo mesquinho do paternalismo. Por meio de subprojetos realizados nas áreas assentadas, a população tem acesso à benefícios que visam a dar a sustentação que almejam. Tais subprojetos suprem necessidades essenciais, como água e luz, e também asseguram a meios para o progresso econômico das comunidades. Exemplo disso acontece também em Acaraú, dessa vez na comunidade de Tucunzeiros. Lá, os moradores montaram uma fábrica de doces e cajuína, com o lucro todo reinvestido na terra. Em Cauaçu, além da produção de feijão, arroz, batata doce e coco, os moradores são responsáveis pela única farinha industrializada da região, como enorme ganho de produtividade. O depoimento do presidente da Associação dos Moradores de Cauaçu, José Osmar Muniz, o Vavai, traduz o sentido amplo dessa revolução:

"Ninguém aqui vai pedir mais nada na Prefeitura. Estamos aqui é trabalhando e produzindo, sem pedir esmola. A Associação é forte e onde a gente vai as portas se abrem. Antes, quando chegava qualquer doutor aqui a gente até encolhia. Agora todo mundo conversa de igual pra igual".

O presidente Vavai é ex-cobrador de ônibus aqui em Brasília e se orgulha de poder oferecer um futuro mais certo aos filhos sem ter que deixar o torrão natal.

Pois bem, senhor Presidente, estas novas experiências de reforma agrária representam uma mudança de paradigma, pois envolvem a comunidade de modo diferente. Não há a forma tradicional de desapropriação e, portanto, por traz dela não existe qualquer história de conflito. Muito pelo contrário. A comunidade participa de todo o processo de maneira ativa. Em vez do Governo oferecer tudo, aqui é a própria comunidade que escolhe a terra, negocia o melhor preço e administra seus destinos.

Graças às vantagens oferecidas pelo novo modelo, as 16 famílias assentadas fizeram a área produtiva subir de 158 hectares para 250 hectares. Um sonho que aqueles homens imaginavam como abissal

mente distante de suas realidades. A infra-estrutura instalada em Cauaçu favorece na obtenção de melhores resultados produtivos. Os moradores têm energia elétrica, casa de farinha, sistema de irrigação para fruticultura, tratores e implementos agrícolas.

O sucesso do projeto começou logo quando houve a negociação da Fazenda Curral velho, que acabou dando lugar ao Cauaçu. A aquisição da área foi o primeira demonstração de organização e eficiência do programa. O preço cobrado pelo então proprietário do terreno era de R\$150 mil. As famílias consideraram o valor muito acima da realidade de mercado. Após a negociação, conseguiram baixar a oferta para R\$95 mil. As famílias só contavam com R\$90 mil, mas disposição para o trabalho e criatividade ilimitada. Daí, viabilizaram a operação pagando o restante em coco. A propósito, estudos acadêmicos revelaram que o preço do hectare adquirido por meio da negociação e compra direta pelos agricultores é menor que o obtido pelas desapropriações.

Em três anos, o salário médio da região saltou de R\$95,00 para R\$175,00, conforme verificou o Governo do Estado. Todas as pessoas beneficiadas viviam há anos sob a alcunha de meeiros, sendo obrigados a dividir pela metade tudo o que produziam. Hoje podem se orgulhar de ser proprietários.

Sr. Presidente, Sr.s. e Srs. Senadores, somente no ano passado, nos estados do Ceará – o pioneiro – Maranhão, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Goiás já foram atendidas 10 mil famílias, que juntas tiveram acesso a R\$115 milhões. Dinheiro que foi direto para mão das famílias, devidamente organizadas em associações comunitárias. Para este ano que se inicia, o Governo Federal já anunciou a oferta de R\$352 milhões para que 23 mil e 500 famílias tornem-se donos de suas terras.

Os empréstimos tomados com recursos do Banco da Terra, uma versão ampliada da Cédula da Terra, são honrados em até 20 anos, com carência de até três anos. Os juros cobrados variam de 4% a 6% ao ano, com rebate de até 50% nas regiões mais pobres, como é o caso do Nordeste. Os recursos vêm de contas não cadastradas, de dotações orçamentárias da União, Estados, Distrito Federal e municípios, além de empréstimos a instituições financeiras nacionais e internacionais.

A Organização das Nações Unidas (ONU) já constatou que os principais fatores de inclusão social estão nos investimentos básicos, como água e luz elétrica. Vendo o sucesso dessa experiência cearense e hoje o seu exemplar desempenho em nível naci-

- 2 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 15, DE 1999**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno, Requerimento nº 20, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1999 (nº 718/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, concluído em São Luiz, República Argentina, em 25 de junho de 1996, tendo

Parecer sob nº 14, de 2000, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Fogaça, favorável.

- 3 -

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2000

Votação, em turno único, do Requerimento nº 11, de 2000, de autoria do Senador Jader Barbalho, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 8 minutos.)

(OS 10486/2000)

ORDEM DO DIA

- 1 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 5, DE 1999**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno, Requerimento nº 19, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1999 (nº 697/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, concluída em Nova York, em 18 de dezembro de 1979, tendo

Parecer sob nº 13, de 2000, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Moreira Mendes, favorável.

**ATA DA 164ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA
EM 22 DE NOVEMBRO DE 1999**

(Publicada no DSF, de 23 de novembro de 1999)

RETIFICAÇÃO

No sumário da Ata, à página 31322, 1^a e 2^a colunas, no Item 1.2.6 – Comunicações da Presidência, no Recebimento da Mensagem nº 218, de 1999...

Onde se lê:

... A matéria, anexada ao processado de Resolução nº 53, de 1999, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Leia-se

... A matéria, anexada ao processado da Resolução nº 53, de 1999, vai às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos.

**COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO
CONGRESSO NACIONAL**
(PERÍODO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1999 A 14 DE FEVEREIRO DE 2000)

SENADO FEDERAL

Titulares

PMDB

1. Nabor Júnior
2. Renan Calheiros
3. Iris Rezende

PFL

1. Carlos Patrocínio
2. Bello Parga

BLOCO DE OPOSIÇÃO

1. Roberto Saturnino

PSDB

1. Geraldo Melo

Suplentes

1. Casildo Maldaner
2. Mauro Miranda
3. Maguito Vilela

1. Edison Lobão
2. Francelino Pereira

1. Geraldo Cândido

1. Lúdio Coelho

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Titulares

PFL

1. Darcy Coelho
2. Paes Landim
3. Vilmar Rocha

PMDB

1. Eunício Oliveira
2. Jorge Pinheiro
3. Ricardo Noronha

PSDB

1. Julio Semeghini
2. Lúcia Vânia
3. Maria Abadia

PT

1. Geraldo Magela
2. Pedro Celso

PPB

1. Márcio Reinaldo Moreira

PTB

1. Luiz Antônio Fleury

PDT

1. Celso Jacob

BLOCO, PSB, PC do B

1. José Antonio

PPS

1. Clementino Coelho

Suplentes

1. Aracely de Paula
2. Paulo Braga
3. Paulo Octávio

1. Alberto Fraga
2. Euler Morais
3. Pedro Chaves

1. Danilo de Castro
2. Dr. Heleno
3. Juquinha

1. João Fassarella
2. Pedro Wilson

1. Roberto Balestra

1. Magno Malta

1. Fernando Coruja

1. Agnelo Queiroz

1. Márcio Bittar

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo AlthoffI.
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloisa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fones: 311-3265

311-4552

Chefe: Marcello Varella

SENADO FEDERATIVO

**SECRETARIA - GEPAL/TA/MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3619

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 125)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAVOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3511

Secretários: JOAQUIM BALDONIO DE B. NETO (Ramal 4256)
CLEIDES BOAVENTURA NERY (Ramal 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA (Ramal: 3516)

CAS - JOSE ROBERTO VIEIRA DE OLIVEIRA RUIZ (Ramal: 4608)
- ELISANGELA CUNHA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES MENEIS (Ramal: 4612)
- GIL DE TELES DE MORAES (Ramal: 3972)

CF - JÚLIO RICARDO DE SOUZA DINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO DE SOUZA AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSE FRANCISCO BORGES DE SOUZA FILHO (Ramal: 3935)
- AIRTON PAVASAR SICISA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PINTO (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS DE SOUZA FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO DE SOUZA PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA
 Vice-Presidente: BELLO PARGA
 (27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAÜSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) PPS retira-se do Bloco. em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO (3)	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341//2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Licenciado em 20.01.2000

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Lideres Paridanos
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

PMDB

MARLUCE PINTO RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO DF-4064/65

PFL

GERALDO ALTHOFF SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES SE-4055/57

PSDB

OSMAR DIAS PR-2121/25
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)
HELOÍSA HELENA (PT) AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT) AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT) RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

1/1

PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO

VICE-PRESIDENTE:

1/1

1/1

PMDB

LUIZ ESTEVÃO

DF-4064/65

MARLUCE PINTO

RR-1301/4062

PEL

JUVÊNCIO DA FONSECA

MS-1128/1228

DJALMA BESSA

BA-2211/17

PSDB

ANTERO PAES DE BARROS MT-1248/1348

(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)

SEBASTIÃO ROCHA

AP-2241/47

PPB

LEOMAR QUINTANILHA TO-2071/77

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608**

FAX: 311-3652

E-MAIL: jrac@senado.gov.br

REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO (4)	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

(4) Licenciado em 20.01.2000

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:

Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PLF - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO (5)	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA -PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(4) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(5) Licenciado em 20.01.2000

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE: (09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	PMDB	RO-3130/32
GERSON CAMATA		ES-3203/04
PEDRO SIMON		RS-3230/32

DJALMA BESSA	PEL	BA-2211/17
ROMEU TUMA		SP-2051/57

ÁLVARO DIAS	PSDB	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA (2)		RJ-2431/37

(1) BLOCO OPOSICAO (PT-PDT-PSB)		
GERALDO CÂNDIDO - PT		RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT		RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilhou-se do PSDB, em 17/8/1999.

REUNIÕES: SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: juloric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)**

TITULARES

JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS- 1207/1607
MAGUITO VILELA		GO- 3149/50
FRANCELINO PEREIRA	PFL	MG- 2414/17
TEOTÔNIO VILELA (3)	PSDB	AL- 4093/95
ROBERTO SATURNINO - PSB	(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	RJ- 4229/30
PAULO GOMES (2)	PPB	PA-3050/4393
LUIZ OTÁVIO (2)		

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado em 20.01.2000

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY
Vice-Presidente: CARLOS WILSON
(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilhou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
 Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPlicy – PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
GERALDO CÁNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
PAULO VIEIRA	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY
--

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
--------------------------	--------------------------

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	Luzia Toledo	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* Gabinetes localizados no Anexo III

Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDERECO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr.
FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO

**PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL**

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

**PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL**

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não sera recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Servico de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



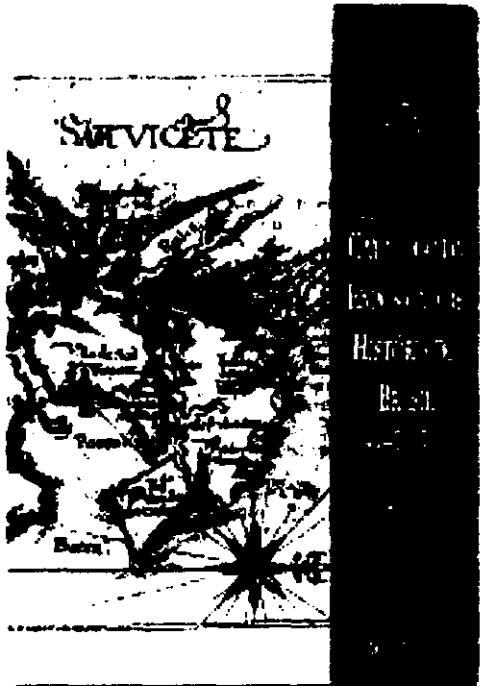
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet:
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação sobre Direitos Autorais

Com 123 páginas, traz a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, a Lei nº 9.609, os Decretos nº 2.556 e nº 2.894, com doutrina e índice temático.

Preço: R\$ 5,00.



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Catálogo da Exposição de História do Brasil – Coleção Brasil 500 Anos – Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Clodomir Cardoso – Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado
Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



O Projeto do Código Civil no Senado Federal – Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Oito Anos de Parlamento – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



O Brasil no Pensamento Brasileiro – Coleção Brasil 500 Anos – "Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



A Política Exterior do Império – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00

De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.



Preço por exemplar: R\$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS